

OS JOVENS

NO BRASIL

desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas



Marilia Pontes Sposito

OS JOVENS

NO BRASIL

desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas

■ **Marilia Pontes Sposito**

Marília Pontes Sposito é professora titular de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e membro da diretoria da Ação Educativa.

Processamento e análise de dados: SocioMetria

Coordenação Editorial: Wagner Santana

Edição de texto: Marcia Blasques

Revisão: Jandira Queiroz

Projeto gráfico: Rabiscos

Projeto gráfico: Screen Gráfica e Editora

Publicação do Observatório da Educação e da Juventude

Uma iniciativa de **Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação**

Com patrocínio da **Petrobras**

Outubro de 2003

Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas /
Marília Pontes Sposito. – São Paulo: Ação Educativa, 2003

1. Juventude – Aspectos sociais. 2. Juventude e políticas públicas. I. Sposito,
Marília Pontes. II. Título.

CDD – 305.236

SUMÁRIO

- 6 APRESENTAÇÃO
- 7 DESENVOLVIMENTO POLÍTICO INSTITUCIONAL E MARCO POLÍTICO ATUAL
- 10 ALGUNS INDICADORES SOBRE OS JOVENS
- 13 UM BREVE PERFIL EDUCACIONAL
- 17 RETRATOS DA CRISE DO MUNDO DO TRABALHO
- 21 TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA E MODOS DE VIDA ENTRE OS JOVENS
- 23 O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE JOVENS?
- 27 A INSTITUCIONALIDADE PÚBLICA E A OFERTA PROGRAMÁTICA PARA A JUVENTUDE EM NÍVEL NACIONAL
- 31 OS DESENHOS INSTITUCIONAIS E OS PROGRAMAS DIRIGIDOS AOS JOVENS
- 35 DESAFIOS, PERSPECTIVAS E IMPASSES NA DÉCADA JOVENS E POLÍTICAS PÚBLICAS
- 36 BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

Este texto pretende traçar um retrato da situação dos jovens brasileiros, tendo em vista o emergente campo das políticas públicas que incorporam esses segmentos em sua esfera de ação. Para tanto, foi preciso considerar, antes de tudo, alguns aspectos: o primeiro deles reside na produção multiplicada de novas desigualdades sociais que constituem parte significativa da experiência juvenil contemporânea na sociedade brasileira; o segundo compreende o próprio marco institucional e político que ancora as iniciativas públicas, por sua vez, diverso e fragmentado.

Nessa confluência, é possível identificar os obstáculos e os desafios para a constituição de um novo desenho político democrático que conceba os jovens, em sua diversidade, como sujeitos de direitos e não mais como eventuais focos de problemas sociais que mereçam, por parte do poder público, um conjunto de ações reparadoras ou de controle social.

Marilia Pontes Sposito

DESENVOLVIMENTO POLÍTICO INSTITUCIONAL E MARCO POLÍTICO ATUAL

○ Brasil atravessa um momento importante de seu desenvolvimento político-institucional. Após oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, um novo governo, com amplo apoio popular e compondo um grande arco de alianças, se forma com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

No cenário de fundo do processo eleitoral que conduziu à vitória da oposição, esteve presente um significativo protesto, por meio do voto, diante dos índices crescentes de desemprego, não obstante a estabilidade econômica assegurada nos últimos anos e um campo variado de expectativas e desejo de mudança, rumo ao desenvolvimento econômico e maior justiça social.

No início do novo século, o País superou a marca dos 170 milhões de habitantes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), metade da população é constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos. A maioria vive em zonas urbanas (81,25%), e a composição da população é multiétnica: brancos (53,6%), negros (45,3%), orientais (0,65%) e indígenas (0,5%).

Apesar de constituir uma poderosa economia, que se situa entre as **15 maiores do planeta**, o traço característico do País é a enorme desigualdade social convivendo com uma distribuição de renda extremamente injusta e com índices de bem-estar social muito menores que em outros países do continente latino-americano. Em 2000, o Brasil ocupava a 73ª posição no *ranking* de desenvolvimento humano organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em posição desfavorável se comparado a países como Argentina, Chile e Colômbia.

As desigualdades raciais, embora nem sempre ocupem a atenção que merecem no debate público, são intensas, sobretudo em relação à



população negra. Revelando mais uma das facetas das desigualdades que imperam no País, verificava-se, em 1999, que os negros correspondiam a 64% da população considerada pobre e 69% dos miseráveis.

Se considerarmos a questão educacional, verificamos que, em 2000, do total da população sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade, 61,5% eram negros. No topo da pirâmide educacional verifica-se exatamente o oposto, pois, no conjunto daqueles que possuem 15 anos ou mais de escolaridade, 85% são brancos.

O NOVO GOVERNO

Os seis primeiros meses do governo Lula voltaram-se para o combate à inflação, por meio da adoção de medidas financeiras ortodoxas, aprofundando a recessão e elevando ainda mais os índices de desemprego. A taxa de desemprego evoluiu de 7,1% em 2001, para 10,5% em 2002, atingindo 12,8% em agosto de 2003. Somente a partir do segundo semestre de 2003, as taxas de juros vigentes começaram a decrescer, apontando novas possibilidades de superação dos mecanismos recessivos impostos à economia, sobretudo no campo da indústria e do comércio.

O novo governo introduziu em sua pauta as reformas da previdência e tributária, arcando com o ônus do desgaste político com setores tradicionais que o apoiavam,

Em 1999, os 10% mais ricos do País concentravam 50% da renda, enquanto os 50% mais pobres ficavam apenas com 10%. Em 2002, o PIB (Produto Interno Bruto) foi de 2.388 de dólares per capita, liderado pelo setor de serviços (59%), seguido da indústria (33%) e da agropecuária (8%). De acordo com a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), estima-se para 2003 uma taxa de crescimento de 1,5%, índice abaixo das projeções de países como o Chile e Argentina.

De acordo com o Programa

Fome Zero, 174 mil cestas básicas foram entregues para acampados e indígenas no mês de julho de 2003, e 800 jovens e adultos estavam participando de cursos de alfabetização.

O CNDES foi constituído pela Presidência da República com representação dos segmentos empresariais, de sindicatos, da sociedade civil e de intelectuais. Ele se reúne periodicamente para debater os grandes temas da conjuntura política, propondo alternativas.

sobretudo os sindicatos de funcionários públicos. No plano interno, constituiu uma ampla base de apoio parlamentar, implicando concessões políticas tidas como necessárias ao trâmite das reformas, ao lado de uma política externa mais arrojada e com ampla visibilidade internacional.

Como o país é constituído por uma organização político-administrativa descentralizada – atualmente formada por 26 Estados e 5.551 municípios –, o governo Lula buscou alianças e o apoio dos representantes do Poder Executivo nos vários Estados para as reformas em andamento, constituindo parte substantiva das ações da Presidência da República na formulação de novos consensos e negociações políticas para a execução das reformas previstas. Embora o presidente eleito continue desfrutando de amplo apoio popular, o consenso inicial torna-se mais problemático, pois, além dos setores diretamente atingidos pela reforma da Previdência, intensifica-se a mobilização pela reforma agrária e pelo acesso à terra, ao lado de conflitos em torno da moradia nos centros urbanos.

Ao aprofundar mecanismos recessivos e sinalizar a continuidade das formulações monetaristas, as medidas econômicas têm encontrado opositores diversos, desde o empresariado nacional, que critica as taxas excessivas de juros, até intelectuais e economistas, que tradicionalmente defendiam as posições do PT. Para alguns, essas medidas caracterizam o afastamento da linha programática que levou o partido para as eleições e uma impossibilidade de qualquer projeto de desenvolvimento, que, se persistirem, levarão o País a uma enorme crise econômica. Para outros, sobretudo a base de apoio ao governo e parte do eleitorado, trata-se de uma transição necessária para que o País, por meio do controle da espiral

inflacionária, possa retomar seu crescimento, atingindo um patamar de confiança internacional desejável e evitando os riscos de uma retirada brusca dos investimentos.

No campo social, o programa-chave de ação exprimiu-se no Fome Zero, que, apesar dos nove meses já transcorridos, não conseguiu se impor como eixo articulador das políticas sociais que continuam fragmentadas, sem uma proposta estratégica complementar a um projeto de desenvolvimento econômico e social, que ainda não foi expresso por medidas concretas, diante da prioridade no equilíbrio fiscal e na contenção da inflação. O número de famílias atendidas pelo Programa Fome Zero, em 2003, é bastante significativo, pois, segundo a organização do Programa, durante o mês de julho foram 298.589 **famílias beneficiadas** pelo cartão de alimentação.

Outros cinco programas de transferência de renda – Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem e Auxílio-Gás – foram mantidos em 2003, beneficiando um total 7,3 milhões de famílias.

De acordo com o novo orçamento para 2004, há mudanças previstas no sentido de unificar os programas de transferência de renda, tendo por meta atingir em torno de 7,6 milhões de famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 50,00, outorgando a elas um benefício que oscilaria de R\$ 50,00 a R\$ 95,00 por mês.

Reiterando compromissos partidários, o novo governo busca novas formas de interlocução com a sociedade civil, com setores ligados ao empresariado e com sindicatos, por meio da criação do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico-Social (CNDES)**.

Além disso, foram reconstituídos vários conselhos em âmbito nacional, buscando um estilo mais aberto ao diálogo e à interação com a sociedade, em contraste com o perfil mais autoritário da gestão anterior.

Plano Plurianual: inclusão e participação

O novo Plano Plurianual (PPA 2004–2007), lançado pelo governo federal, apresenta como temas centrais a *inclusão e a participação*. O documento foi discutido com setores organizados da sociedade civil brasileira e retrata as metas básicas de ação para o novo período: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. A concentração de renda, a riqueza e a exclusão social são apresentadas como problemas fundamentais que demandam ações emergenciais de transferência de renda para as populações mais pobres. Essas ações são consideradas necessárias, mas insuficientes, pois o Plano reitera a necessidade da geração de empregos e o papel decisivo do Estado na condução do desenvolvimento.

O documento critica a área social pela sobreposição de programas com poucos resultados práticos e defende, além de uma maior racionalidade, a regionalização das ações para combater as desigualdades sociais.

Defende também uma dinâmica de crescimento pelo consumo de massa, tendo como referência as famílias de trabalhadores que deverão ter aumento de rendimentos e mais possibilidades de consumo.

O modelo de desenvolvimento visa atender às necessidades de inclusão social e distribuição de renda. Cerca de 50 milhões de brasileiros vivem em condições de extrema precariedade, e, assim, as ações devem priorizar as medidas de caráter estrutural, que deverão assumir feição universal: políticas de emprego, educação, microcrédito e apoio à agricultura familiar. As políticas sociais também devem viabilizar o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Nesse âmbito, utiliza-se como modelo a bolsa-escola, que, ao manter a criança na escola, pode reduzir o trabalho infantil e, ao mesmo tempo, aumentaria a renda familiar. Entre as prioridades, situam-se populações consideradas mais vulneráveis, que seriam beneficiadas com os programas Fome Zero, Bolsa-Escola e Erradicação do Trabalho Infantil.

Surpreende, no entanto, que no PPA não se observe qualquer referência específica aos segmentos juvenis da sociedade brasileira, com exceção das ações que devem coibir qualquer tipo de discriminação: de raça, gênero ou idade. De um lado, a pirâmide demográfica ainda parece não constituir um desafio político para a formulação de políticas públicas, e, de outro, não são contempladas, em sua especificidade, as demandas dos segmentos juvenis, uma vez que aparecem como destinatários das políticas sociais apenas os grupos familiares e, em decorrência disso, a infância.



ALGUNS INDICADORES SOBRE OS JOVENS

Ao buscar estabelecer um recorte que incida sobre a temática dos jovens, é preciso, inicialmente, reconhecer o debate e algumas das imprecisões que permeiam a própria definição do que pode ser considerado juventude. Não se trata de percorrer todos os temas subjacentes à discussão dessa fase de vida. Tem sido recorrente a importância de se tomar a idéia de juventude em seu sentido plural – juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os indivíduos nessa etapa do ciclo de vida. No entanto, parte desta imprecisão parece decorrer da sobreposição indevida entre a fase

de vida e os sujeitos concretos, aspectos que, para os estudiosos da infância, por exemplo, não se superpõem, como afirma Attias-Donfut (1996).

Infância e crianças são noções que exprimem estatutos teóricos diferentes, operação ainda não delimitada claramente pelos atores interessados na juventude, pois sobrepõem os jovens (sujeitos) e sua fase de vida (juventude) como categorias semelhantes. Abad (2003) propõe também uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil, que traduzem os diferentes percursos que

a condição juvenil experimenta a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia, entre outros.

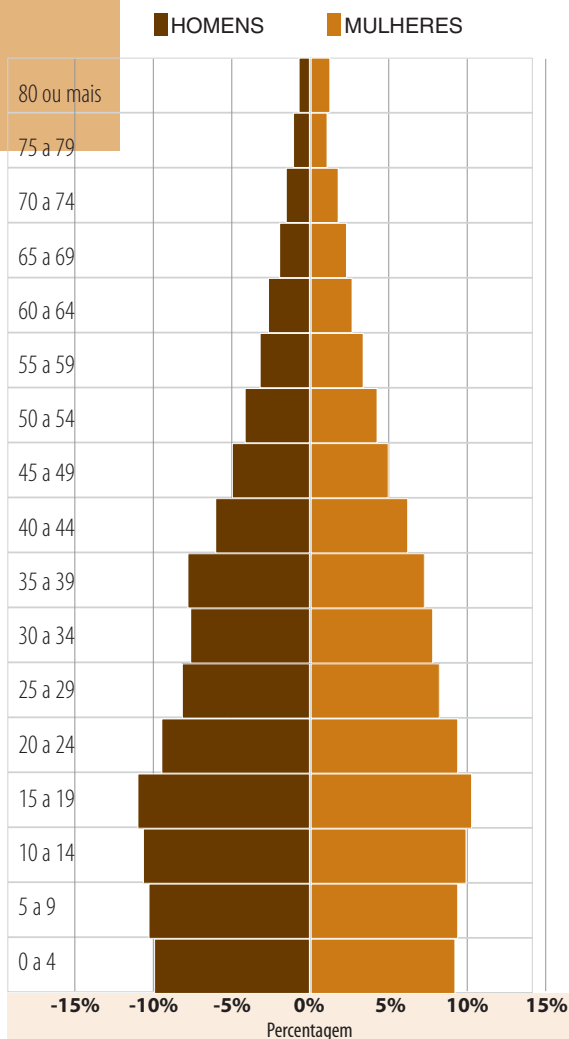
Mas também é preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” encerra intrinsecamente uma tensão que não se resolve: ela é ao mesmo tempo um momento no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais, e *modos de inserção* na estrutura social. Não se trata, portanto, de optar por um dos pólos – o que criaria uma falsa oposição entre as teses de Morin (1986) e Bourdieu (1980), quando este, de forma provocativa, propõe a idéia de que a juventude é apenas uma palavra –, mas de recuperá-los, assumindo o caráter inelutável dessa tensão.

Para apresentar a situação dos jovens brasileiros por meio de dados demográficos, foi utilizado um recorte operativo que inclui nessa definição ampla de juventude os adolescentes (entre 15 e 19 anos) e os jovens propriamente ditos (entre 20 e 24 anos). Afinal, como afirma Mauger (1994), seria quase impossível recorrer a um uso da categoria juventude que se imponha de modo igual a todos os atores.

O BRASIL JOVEM

Ao tratar da caracterização da população jovem no País, é preciso, inicialmente, considerar que sua inserção na composição demográfica é extremamente singular. Ainda que, nos últimos anos, tenha-se verificado uma diminuição da taxa de fecundidade no País, estreitando a base da pirâmide etária, há a formação de uma “barriga” nas faixas correspondentes aos jovens nascidos nos primeiros anos da década de 1980. Assim, o grupo etário representado por aqueles que tinham entre 15 e 19 anos (gráfico 1), por ocasião do Censo 2000 (entre 18 e 22 anos em 2003), é a maior coorte jamais existente na população brasileira.

Gráfico 1. Pirâmide etária, 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O segundo grupo populacional mais expressivo tinha entre 10 e 14 anos em 2000 (tabela1) – em 2003 este grupo já se encontra na faixa etária dos 15 aos 19 anos –, acentuando a formação dessa “barriga jovem”. Se considerarmos apenas o ponto de vista demográfico, as pressões que a faixa etária jovem realizará no momento atual no País não serão desprezíveis, compreendendo o acesso a educação, empregos, saúde, Previdência e demais direitos que constituem um patamar mínimo de qualidade de vida na sociedade contemporânea.

A população jovem (entre 15 e 24 anos) cresceu de **forma expressiva** nas últimas décadas: de 8,3 milhões em 1940 passou para cerca de 34,1 milhões em 2000. As projeções realizadas pelo

IBGE indicam que, a partir de agora, esse segmento deixará de crescer, chegando a uma estimativa de 31,5 milhões de jovens em 2020. Desse contingente, metade é constituída por homens e metade, por mulheres.

Em termos de composição por cor ou raça, pode-se dizer que o fenômeno do *baby-boom* se verifica tanto para aqueles que se identificaram como de cor ou raça branca quanto para os demais. De fato, nos dois grupos, as faixas etárias jovens, de 15 a 19 e de 20 a 24 anos, estão alargadas (tabela 2), e na **população não-branca** o fenômeno é ainda mais evidente.

A taxa de fecundidade caiu de quase seis filhos por mulher na década de 1970 para cerca de 2,2 (segundo estimativas com baseadas no Censo do

A classificação da população brasileira em brancos e não-branca (inclui negros, indígenas e orientais) foi criada apenas para efeitos de apresentação dos dados. Não significa, assim, desconhecer a importância de se assinalar as diferenças tendo em vista a preservação das identidades. Como a ampla maioria desse segmento é constituída pelos negros (pretos e pardos), no texto as referências serão dirigidas sobretudo à população negra.

Esse crescimento, que estava em 2,4% nos anos 1940 e 1950, se acelerou nos anos 1960 e 1970, passando para mais de 3% ao ano, diminuindo na década de 1980, quando caiu para 1,2%, mas voltando a subir nos anos 1990, atingindo 2,3% na segunda metade da década passada.

Tabela 1. População por grupo etário e sexo, de acordo com o censo 2000 (em milhões)

Grupo etário	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
0 a 4	8,3	8,1	16,4
5 a 9	8,4	8,2	16,6
10 a 14	8,8	8,6	17,4
15 a 19	9,0	8,9	17,9
20 a 24	8,0	8,1	16,1
25 a 29	6,8	7,0	13,8
30 a 34	6,4	6,7	13,0
35 a 39	6,0	6,3	12,3
40 a 44	5,1	5,4	10,5
45 a 49	4,2	4,5	8,7
50 a 54	3,4	3,6	7,1
55 a 59	2,6	2,9	5,5
60 a 64	2,2	2,5	4,6
65 a 69	1,6	1,9	3,6
70 a 74	1,2	1,5	2,8
75 a 79	0,8	1,0	1,8
80 ou mais	0,7	1,1	1,8
Total	83,6	86,3	169,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 2. População por grupo etário, cor ou raça, de acordo com o censo 2000 (em porcentagem)

Grupo etário	Cor ou raça	
	Branca	Não-branca
0 a 4	9,7%	9,6%
5 a 9	9,1%	10,5%
10 a 14	9,3%	11,3%
15 a 19	9,9%	11,4%
20 a 24	9,1%	9,9%
25 a 29	8,0%	8,3%
30 a 34	7,7%	7,6%
35 a 39	7,5%	6,9%
40 a 44	6,5%	5,8%
45 a 49	5,5%	4,7%
50 a 54	4,5%	3,8%
55 a 59	3,5%	2,9%
60 a 64	3,0%	2,4%
65 a 69	2,4%	1,8%
70 a 74	1,9%	1,3%
75 a 79	1,2%	0,8%
80+	1,2%	0,9%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A Prefeitura Municipal de

Goiânia, por meio da Assessoria de Assuntos Especiais de Juventude, realizou, em 2001, pesquisa com os jovens da cidade (entre 15 e 24 anos) e verificou que 20,8% já tinham filhos, sendo 82,8% solteiros.

ano 2000). No entanto, é preciso ressaltar que, no País como um todo, a contribuição das mulheres entre 15 e 19 anos na fecundidade total passou de 16,3%, em 1990, para 21,3%, em 2000, ou seja, verificou-se um aumento de 31%. Essa elevação pode ser observada principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e **Centro-Oeste do País** (tabela 3).

Além do incremento do número de gestações das adolescentes, verifica-se, de modo concomitante, o crescimento de 10% do número de abortos em toda a população de mulheres nos últimos dez anos. Embora o tema da gravidez na adolescência ocupe a atenção e o foco de políticas públicas de saúde, pouca atenção se dá ao significativo crescimento da taxa de abortos na faixa entre 15 e 19 anos. Em 2000, verificou-se que, para cada 100 mulheres nessa faixa etária, o índice de gestação chegava a

14,7% e, a cada 100 gestações, 41,6% resultavam em aborto. Como afirmam Souza e Silva (2002), o problema de saúde pública incide muito mais sobre os efeitos da gravidez interrompida (abortos e mortalidade) do que o privilégio que se dá apenas às gestações.

Miranda e Moore (2002) também apontam que, de acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde realizada em 1996, o conhecimento dos **métodos contraceptivos** é quase universal entre os adolescentes. Os menores índices recaem sobre o uso do dispositivo intra-uterino (DIU) e injeções (85% de conhecimento). No entanto, o conhecimento sobre o funcionamento do próprio corpo é significativamente menor. Apenas 24% das adolescentes investigadas sabiam quando ocorria o seu período fértil (Miranda-Ribeiro e Moore, 2002: 263).

Em pesquisa nacional realizada em 2002 com

5.280 adolescentes entre 12 e 17 anos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aponta que, entre aqueles que se declararam sexualmente ativos (32,8%), 51% afirmaram usar preservativos todas as vezes em que mantinham relações, 32% optavam pelo uso eventual e cerca de 15% declararam nunca ter usado (Unicef, 2002).

Tabela 3. Taxas específicas de fecundidade, segundo as grandes regiões e os grupos de etários de mulheres de 15 a 29 anos (1980, 1991 e 2000) (em porcentagem)

Grandes regiões e mulheres por idade	Taxas específicas de fecundidade		
	1980	1991	2000
Brasil			
15 a 19	0,0797	0,0874	0,0910
20 a 24	0,2130	0,1618	0,1335
25 a 29	0,2260	0,1429	0,1138
Norte			
15 a 19	0,1286	0,1389	0,1425
20 a 24	0,2978	0,2268	0,1896
25 a 29	0,3082	0,1877	0,1394
Nordeste			
15 a 19	0,0917	0,0967	0,1019
20 a 24	0,2697	0,1972	0,1522
25 a 29	0,3062	0,1753	0,1227
Sudeste			
15 a 19	0,0663	0,0719	0,0744
20 a 24	0,1797	0,1363	0,1159
25 a 29	0,1903	0,1261	0,1076
Sul			
15 a 19	0,0737	0,0803	0,0806
20 a 24	0,1880	0,1396	0,1181
25 a 29	0,1910	0,1281	0,1109
Centro-Oeste			
15 a 19	0,1013	0,1050	0,1048
20 a 24	0,2436	0,1726	0,1396
25 a 29	0,2299	0,1275	0,1039

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980-2000.

UM BREVE PERFIL EDUCACIONAL

Os dados relativos à situação educacional dos segmentos juvenis mostram um aumento significativo das oportunidades escolares nos anos 1990. O crescimento no número de jovens estudantes é muito expressivo quando se toma como referência a metade da década de 1990. Isso pode ser claramente percebido nas tabelas 4 e 5, onde se comparam dados das Pesquisas Nacionais de Amostras Domiciliares de 1995 e 2001.

O volume total de estudantes entre 15 e 24 anos cresceu expressivamente no período, passando de 11,7 milhões, em 1995, para 16,2 milhões, em 2001. O crescimento mais importante em números absolutos se deu no ensino médio, onde se registrou um aumento de três milhões de matrículas. Em termos relativos, o incremento mais significativo se deu no **nível superior**, onde as matrículas passaram de 1,1 milhão, em 1995, para 2,1 milhões, em 2001, totalizando um acréscimo de 89%.

Se a abertura de oportunidades escolares no ensino médio se dá, sobretudo, pela oferta pública, o mesmo não ocorre com o ensino superior. A expansão da oferta desse grau de ensino deu-se pela ação da iniciativa privada, acentuando as desigualdades na oferta. Em 2001, o ensino superior público brasileiro era responsável apenas por 20% das matrículas.

Depreende-se, também, pelos dados disponíveis, a permanência das distorções entre a idade e a série cursada. Em 2001, dos 8,4 milhões de



estudantes na faixa etária entre 15 e 17 anos, 4,4 milhões ainda estavam cursando o ensino fundamental. Se considerarmos que 14 anos é considerada a idade ideal para o término dessa etapa de escolaridade, verificamos que cerca de 50% dos jovens têm algum tipo de atraso escolar. As distorções em relação ao ensino médio ainda são mais graves, pois, do total de matrículas da população até 24 anos – 7,6 milhões –, apenas 3,9 estavam na faixa etária de 15 a 17 anos, prevista como ideal para a freqüência desse nível de ensino.

De modo geral, podemos considerar que a escolaridade média dos segmentos juvenis é maior que a do conjunto da população brasileira e tem evoluído positivamente nos últimos anos. Mas continua significativamente abaixo de outros países da América Latina, que caminham para uma maior universalização das oportunidades de acesso ao ensino médio, assegurando um maior período de permanência no sistema escolar de sua população infanto-juvenil. A escolaridade da população brasileira com mais de 7 anos de idade, verificada pela média de anos de estudo, apresentou melhorias entre 1991 e 2000, passando de 4,3 para 5,5

Embora haja membros de outros grupos etários no ensino superior, os jovens têm uma participação bastante significativa: das aproximadamente três milhões de matrículas registradas em 2001, 1,6 milhão eram de jovens de 20 a 24 anos e 500 mil, de jovens de 18 e 19 anos.

Tabela 4. Estudantes, por faixa etária e grau que freqüentavam (grau de instrução) (2001, em milhões)

Idade	Grau que freqüentavam			Total
	Fundamental	Médio	Superior	
15	2,1	0,9		3,1
16 e 17	2,3	3,0		5,3
18 e 19	1,1	2,1	0,5	3,7
20 a 24	0,9	1,6	1,6	4,1
Total	6,4	7,6	2,1	16,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) 2001.

Tabela 5. Estudantes de 15 a 24 anos, por grau que freqüentavam (1995 e 2001)

Anos	Grau que freqüentavam			Total
	Fundamental	Médio	Superior	
1995	5,9	4,6	1,1	11,7
2001	6,4	7,6	2,1	16,2
Crescimento absoluto	0,5	3,0	1,0	4,5
Crescimento relativo	7,7%	65,1%	88,7%	38,5%

Fonte: IBGE, PNAD 1995 e 2001.

Tabela 6. Média de anos de estudo da população com 7 anos ou mais, por grupos etários (1991 e 2000)

Grupo etário	1991	2000
7 a 10	0,8	1,2
11 a 14	3,0	4,1
15 a 17	4,7	6,3
18 e 19	5,6	7,3
20 a 24	6,1	7,4
25 ou mais	4,8	5,8
15 a 24	5,5	7,0
Total	4,3	5,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 7. Média de anos de estudo da população de 7 ou mais anos de idade, por grupos etários e sexo (1991 e 2000)

Grupo etário	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
7 a 10	0,8	0,9	1,2	1,3
11 a 14	2,8	3,2	3,9	4,3
15 a 17	4,4	5,0	6,0	6,7
18 e 19	5,2	6,0	6,9	7,7
20 a 24	5,7	6,4	7,0	7,8
25 ou mais	4,9	4,7	5,7	5,8
15 a 24	5,2	5,9	6,7	7,4
Total	4,2	4,4	5,3	5,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 8. Média de anos de estudo da população de 7 anos ou mais de idade, por grupos etários e cor ou raça (1991 e 2000)

Grupo etário	1991		2000	
	Branca	Não-branca	Branca	Não-branca
7 a 10	1,1	0,6	1,4	1,1
11 a 14	3,7	2,4	4,6	3,7
15 a 17	5,6	3,9	7,1	5,6
18 e 19	6,5	4,7	8,2	6,4
20 a 24	7,0	5,1	8,3	6,4
25 ou mais	5,7	3,7	6,6	4,7
15 a 24	6,5	4,6	7,9	6,1
Total	5,2	3,3	6,3	4,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 9. Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as grandes regiões (1991 e 2000)

Região	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	38,0	37,3	28,6	27,1
Norte	49,6	45,2	37,5	32,6
Nordeste	59,0	52,5	46,1	39,2
Sudeste	27,8	30,0	20,0	21,3
Sul	28,2	30,2	19,6	21,4
Centro-Oeste	35,8	34,0	26,5	24,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

anos. Para os jovens entre 15 e 24 anos, o ganho foi de 1,5 ano, tendo passado de 5,5 anos para 7 anos de estudo (tabela 6).

ESCOLARIDADE POR GÊNERO

A análise por sexo revela que, na média, as mulheres continuam em vantagem sobre os homens, vantagem que se ampliou entre 1991 e 2000. Em termos da população brasileira com mais de 7 anos de idade, as mulheres tinham 0,2 ano de estudo a mais que os homens em 1991. Essa diferença se ampliou para 0,3 ano de estudo por ocasião do Censo 2000. Esse diferencial é ainda mais acentuado na população jovem, em que a diferença, que se manteve inalterada no período, é igual a 0,7 ano de estudo (tabela 7).

QUESTÕES DE COR E RAÇA

Se considerarmos o fator cor ou raça, são significativas as diferenças entre brancos e não-brancos: para o conjunto da população com mais de 7 anos de idade, em 1991, os brancos tinham 1,9 ano de estudo a mais que os não-brancos. A diferença diminuiu para 1,7 ano em 2000, índice que se mantém quase inalterado quando se leva em conta apenas a população jovem (tabela 8).

ANALFABETISMO FUNCIONAL

Um indicador importante de educação é a taxa de analfabetismo funcional, ou seja, aqueles que possuem menos de quatro anos de escolaridade. Essa taxa diminuiu em todas as regiões do País, de acordo com os censos demográficos de 1991 e do ano 2000. Ainda assim, são grandes os diferenciais por região: enquanto no Nordeste 46,1% dos homens e 39,2% das mulheres tinham menos de quatro anos de estudo, no Sul essas taxas eram de 19,6% e 21,4%, respectivamente. Vale a pena destacar que as taxas de analfabetismo funcional são maiores para homens do que para mulheres em todas as regiões, com exceção das Regiões Sudeste e Sul (tabela 9).

Em relação aos jovens, observam-se diferenças entre os sexos, apresentando decréscimo nos últimos dez anos. Em 2000, a taxa de

analfabetismo funcional no Brasil era de 16,3% na faixa entre 20 e 24 anos e de 15,1% na faixa de 15 a 19 anos. Essa diferença entre as faixas de idade se verifica em todas as regiões, com exceção da Norte, refletindo avanços na educação ocorridos nos últimos anos. Essas melhorias, no entanto, não diminuíram as enormes disparidades regionais: em ambas as faixas etárias; a taxa no Nordeste é três vezes superior à taxa no Sudeste (tabelas 10 e 11).

ACESSO À ESCOLA

Apesar das oportunidades escolares, se considerarmos o total da população jovem (entre 15 e 24 anos), verificamos que mais da metade continuava fora da escola no ano 2000 (cerca de 18 milhões). Destes, a maioria (cerca de 57%) não tinha completado o ensino fundamental obrigatório (tabela 12).

O afastamento do sistema escolar cresce com a faixa etária, sendo mais intenso entre os homens que entre as mulheres e mais forte entre os jovens negros. A proporção dos que não freqüentam escola é maior para os não-brancos que para os brancos entre os grupos etários jovens. Entre os jovens de 15 a 19 anos, por exemplo, enquanto 36% dos não-brancos estavam fora da escola por ocasião do censo do ano 2000, a proporção correspondente para brancos era de menos de 32%. Já no grupo de 20 a 24 anos, enquanto 77%

Tabela 10. Taxa de analfabetismo funcional da população jovem (15 a 24 anos de idade), por sexo, segundo as grandes regiões (1991 e 2000)

Região	1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	30,1	23,3	18,5	12,8
Norte	41,3	32,8	26,8	20,0
Nordeste	51,5	37,9	34,3	22,4
Sudeste	18,9	15,2	9,9	7,2
Sul	15,4	13,4	7,6	6,1
Centro-Oeste	24,9	18,7	13,2	9,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 11. Taxa de analfabetismo funcional, por regiões e faixas etárias escolhidas

Região	Faixa etária	
	15-19	20-24
Norte	23,8%	23,0%
Nordeste	27,8%	29,1%
Sudeste	7,4%	9,8%
Sul	5,8%	8,0%
Centro-Oeste	10,2%	12,5%
Brasil	15,1%	16,3%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000.

Tabela 12. Nível de instrução dos jovens de 15 a 24 anos que não freqüentam a escola

Faixa etária	15-19	20-24	Total
Nunca freqüentou escola	344.144	534.403	878.548
Ensino Fundamental incompleto	3.641.110	5.852.753	9.493.863
Ensino Fundamental completo	640.558	1.206.699	1.847.257
Ensino Médio incompleto	410.281	886.159	1.296.441
Ensino Médio completo	998.816	3.192.328	4.191.144
Ensino Superior incompleto	15.775	148.668	164.443
Ensino Superior completo	2.206	246.506	248.712
Total	6.052.891	12.067.517	18.120.408

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Analfabetismo e renda

Em 2000, o Brasil apresentava um índice de 13,6% de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais. Os índices de analfabetismo são superiores em famílias com baixa renda e entre a população negra. Nas famílias que vivem com rendimento entre cinco e dez salários mínimos, era de 4,7% em 2001, enquanto nas famílias com renda inferior a um salário mínimo mensal essa taxa subia para 28,8%. Entre a população negra, a taxa de analfabetismo era de 20%, contra 8,3% da branca (Di Pierro e Graciano, 2003).

dos não-brancos estavam fora da escola, a proporção correspondente para brancos era de menos de 73% (tabela 13).

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Tratar apenas das alterações quantitativas, ainda que seja importante, não elimina os problemas que afetam a qualidade das escolas públicas brasileiras. Se considerarmos, além da precariedade material e de equipamentos, os baixos salários e a formação inadequada do magistério, o descompasso das propostas pedagógicas vigentes diante das necessidades de uma escola que deve ser aberta e de qualidade, os desafios ainda são maiores. Essas condições deterioradas, acompanhadas de um processo educativo descompassado dos sujeitos jovens e adolescentes, produzem como resultados o desinteresse, a resistência, dificuldades escolares acentuadas e, muitas vezes, práticas de violência, que caracterizam a rotina das unidades escolares.

Nesse sentido, se os índices indicam que o desempenho das mulheres é melhor que o dos homens no sistema de ensino, é preciso considerar que o atraso escolar das crianças e dos jovens negros é sensivelmente maior, mesmo que seja controlada a renda da família. Entre as famílias

pobres, crianças e jovens negros apresentam mais dificuldades escolares que as crianças e os jovens brancos (Henriques, 2002).

Um dado expressivo das precárias condições do processo de ensino e aprendizagem, segundo pesquisa nacional sobre analfabetismo funcional conduzida pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Ação Educativa em 2003, reside no fato de que, entre os jovens de 15 a 24 anos, apenas 47% dos entrevistados apresentavam domínio pleno de habilidades ligadas a leitura de textos mais longos, localização de informações e capacidade de estabelecer relações entre elas. Aqueles que conseguiram localizar uma informação apenas em textos curtos, ou seja, apresentavam um nível básico de alfabetização, constituíram 35% dos jovens. Apenas 35% declararam gostar muito de ler, e revistas e livros estavam entre as preferências. Uma informação interessante diz respeito às influências quanto ao hábito de leitura: para os jovens, as mães, e depois os professores, são as figuras citadas com maior frequência. Ressaltemos também que o acesso ao computador ainda é bastante restrito entre os jovens, uma vez que 68% declararam não ter acesso a esse tipo de equipamento.



Tabela 13. População infantil e jovem que não frequenta creche ou escola, por cor ou raça, de acordo com o Censo 2000 (em porcentagem)

Grupo etário	Branca	Não-branca	Total
0 a 4	83,3	85,0	84,1
5 a 9	12,5	17,5	15,0
10 a 14	3,9	6,8	5,4
15 a 19	31,8	35,7	33,7
20 a 24	72,7	76,9	74,8
25 a 29	87,9	89,1	88,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

RETRATOS DA CRISE DO MUNDO DO TRABALHO

Os anos 1990 foram marcados por alterações importantes no mercado de trabalho, que acentuaram, para grande parte dos jovens, os mecanismos de exclusão. Além de um crescimento modesto do mercado, ocorreu uma crescente precarização (desassalariamento e trabalho informal), além do desemprego.

Os jovens constituem a faixa da população economicamente ativa (PEA) mais atingida pelo desemprego. Os índices totais de desemprego em 2001 chegaram a 12,1% para todas as faixas etárias; para as faixas etárias de 15 a 19 e para os jovens de 20 a 24 anos foram de 27,3% e 18,9% (Quadros, 2003).

As modalidades de desocupação são diversas de acordo com a faixa etária. O estudo realizado por Quadros (2003) mostra que, entre aqueles que em 2001 estavam na faixa etária de 15 a 19 anos, o maior contingente de desempregados localiza-se entre os que estavam procurando sua primeira ocupação. Na faixa etária de 20 a 24 anos, a situação se inverte, pois o grupo majoritário se encontrava entre os jovens que haviam perdido o emprego durante o ano.

O problema do desemprego é mais dramático entre os jovens moradores das regiões metropolitanas, onde a taxa de desocupação entre os

jovens de 15 a 19 anos gira em torno de 40%, com exceção de Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), onde a taxa se aproxima dos 30%. Os índices de desocupação são maiores entre as mulheres que entre os homens jovens: entre os jovens com 18 anos, por exemplo, o desemprego em 2001 estava em torno de 21,7%; já para as mulheres alcançava 31%. Entre os mais velhos, também são observadas desigualdades: 9,3% dos homens de 24 anos estavam desempregados, contra 17,4% das mulheres nessa mesma faixa etária, como mostra o estudo de Rios-Neto e Golcher (2003). As diferenças por raça também são acentuadas, pois as taxas de desemprego de jovens negros em áreas metropolitanas tendem a ser 30% a 40% mais elevadas que entre os jovens brancos. Além das discriminações por gênero, os dados do IBGE mostram que as jovens negras constituem o segmento mais afetado pelo desemprego (Silva e Kassouf, 2002:99).

Nos últimos vinte anos, percebemos duas tendências: o aumento da frequência à escola e a queda da proporção dos jovens apenas ocupados. Se considerarmos a variável gênero, há exceções, pois aumentou o número de mulheres jovens entre 20 e 24 anos que se mantêm ocupadas (tabela 14) (Camarano, 2003).

Em 1992, a taxa de desemprego aberto medido pelo IBGE era de 5,9%. Na faixa etária de 15 a 17 anos era de 13,7%, e na de 18 a 24 anos, 11%. Em agosto de 2003, nas regiões metropolitanas, com exceção de Salvador (BA) e Porto Alegre (RS), os índices médios de desemprego chegaram 12,8%, podendo-se deduzir que, para a população juvenil, eles seriam ainda mais elevados, seguindo a tendência das últimas décadas.

Em 2001, para um total de 2.550.000 de desocupados na faixa etária de 15 a 19 anos, 1.395.000 estavam em busca do primeiro emprego. No grupo de 20 a 24 anos, de um total de 2.352.000, 1.040.000 encontravam-se desocupados durante o ano.

Tabela 14. Distribuição proporcional dos jovens brasileiros por ocupação e frequência à escola, segundo grupos de idade (1981 e 2001)

	Estuda e é ocupado		Só é ocupado		Apenas estuda		Não estuda nem é ocupado		
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001	
Homens	15-17	19,7	26,1	38,9	10,6	32,7	56,0	8,7	7,3
	18-19	16,8	24,4	56,4	34,8	16,2	27,5	10,6	13,2
	20-24	11,4	15,8	74,0	60,4	5,9	9,8	8,7	14,0
	15-24	15,4	20,9	58,0	39,2	17,4	28,1	9,1	11,8
Mulheres	15-17	9,8	15,3	22,3	5,6	43,2	64,7	24,7	14,4
	18-19	12,0	16,5	28,4	20,0	24,0	34,2	35,6	29,2
	20-24	8,6	13,2	34,0	35,3	8,7	13,6	48,7	37,9
	15-24	9,7	14,5	28,8	23,0	23,6	33,6	37,8	28,8

Fonte: Camarano et al., 2003.

A escolaridade média dos jovens inativos é de 6,2 anos para os homens e 6,5 anos para as mulheres.

De acordo com o Ministério do Trabalho, em dez anos (1989-1999), houve um sensível decréscimo de postos de trabalho no mercado formal para jovens entre 15 e 24 anos de idade. Na faixa etária de 15 a 17 anos, de 902.894, em 1989, o número total caiu para 374.578, em 1999. Na faixa de 18 a 24 anos, de 5.479.686, em 1989, os postos disponíveis caíram para 4.631.580 (Grupo Técnico, 2002).

AFASTAMENTO DO MERCADO

Uma parcela dos jovens afastou-se da população economicamente ativa, sobretudo no período de 1989 a 1995, representando menor pressão para entrada no mercado de trabalho. Esse fato pode ser observado principalmente na população jovem masculina, pois, em 1989, 73,3% da faixa etária de 15 a 19 anos estava participando da PEA, e em 2001 os índices caíram para 47,6%. Quanto às mulheres jovens, as taxas apresentaram diferenças, aumentando na faixa etária de 20 a 24 anos (52% em 1989 e 58,1% em 2001), embora tenha decrescido na faixa de 15 a 19 anos.

Vários autores admitem que o crescimento da inatividade também pode ser atribuído a uma maior permanência na escola, sobretudo para os jovens entre 15 e 19 anos, facilmente verificável pelo aumento do número de matrículas nos últimos anos. No entanto, como afirmam Rios-Neto e Golgher (2003), há controvérsias, pois parcela desse contingente pode ser de jovens vítimas do desalento gerado pela baixa oferta de empregos durante a década de 1990.

Os dados da inatividade de jovens que estão sem estudo e sem ocupação não têm sido muito investigados, mas os que estão disponíveis já são bastante ilustrativos. Em setembro de 1998, 28% dos homens jovens e 49,6% das mulheres jovens moradores das cidades estavam inativos (Silva e Kassouf, 2002: 106). Em

2001, os dados indicam que 11,8% dos homens e 28,5% das mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos **não estavam estudando nem trabalhando** (Camarano e outros, 2003).

Nesse mesmo período, entre os jovens que não estudam nem trabalham, a maioria estava situada nos extratos mais pobres. Quase metade dos homens estava procurando trabalho, enquanto 48% das mulheres já tinha constituído família (muitas delas chefes de família) e 58% já tinham filhos. As responsabilidades tradicionais do trabalho doméstico feminino explicariam em parte a ausência das mulheres jovens no mercado de trabalho e no sistema educacional, mas também evidenciam a necessidade de rigor no uso do termo “inatividade”, por não considerar as responsabilidades e o exercício de atividades rotineiras domésticas de grande parte das mulheres jovens (Camarano e outros, 2003).

ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os jovens também foram muito afetados com as alterações das condições de trabalho. Apesar dos índices crescentes de escolaridade, eles têm participação maior em todas as **situações de precariedade**: enquanto os trabalhadores sem carteira correspondem a 21,6% na população com mais de 24 anos, entre os jovens, esse índice alcança 32,7% (tabela 15). O mesmo ocorre entre empregados domésticos sem carteira, em que os jovens também estão sobrerrepresentados. Já nas categorias que conseguiram avanços em termos de renda na última década, como os empregadores e trabalhadores por conta própria, a proporção de jovens é menor que a proporção registrada para o conjunto da PEA ocupada entre aqueles com 25 anos de idade ou mais.

ESCOLARIDADE E FORÇA DE TRABALHO

Nos últimos vinte anos, observou-se um acentuado aumento dos anos de escolaridade em todas as ocupações exercidas por jovens, tanto homens como mulheres. Em relação aos homens jovens, verificou-se uma queda significativa no emprego agropecuário e, em menor proporção,

Tabela 15. Posição na ocupação, por faixas etárias, de acordo com o Censo 2000

Posição na ocupação	Faixa etária	
	Entre 15 e 24 anos	25 anos ou mais
Doméstico com carteira assinada	1,9%	2,5%
Doméstico sem carteira assinada	7,4%	4,6%
Empregado com carteira assinada	35,3%	34,6%
Empregado sem carteira assinada	32,6%	21,6%
Empregador	0,6%	3,7%
Trabalhador por conta própria	12,0%	27,4%
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	1,1%	0,2%
Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio	6,6%	2,3%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,6%	3,1%
Total	100%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

nos empregos de auxiliares administrativos. No grupo das mulheres jovens, constatou-se uma queda pronunciada não só no emprego rural, mas também no doméstico, e um crescimento expressivo nas ocupações ligadas ao comércio (lojistas e caixas) e ao magistério. No entanto, tanto homens como mulheres jovens concentram suas atividades ocupacionais em postos de baixa qualificação, observando-se, ainda, o emprego doméstico como a forma mais freqüente de exercício profissional das jovens.

A melhor remuneração média em 2000 incidia para os homens no cargo de motorista e para as mulheres nas atividades de auxiliares administrativas. Verificam-se, também, as diferenças de remuneração entre os sexos, ratificando as desigualdades no mercado de trabalho, apesar dos índices crescentes de escolaridade da população jovem feminina (tabela 16).

DIFERENÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Se considerarmos a variável renda, verificamos que há grandes diferenças na sua distribuição entre as regiões do País. As Regiões Sul e Sudeste registram menor porcentagem de jovens com a faixa de renda mais baixa (até dois salários mínimos). As Regiões Norte e Nordeste apresentam maior porcentagem de jovens, tanto na faixa de até dois salários mínimos como na faixa de pessoas sem rendimento, atingindo aproximadamente 20% (tabela 17).

Se considerarmos os rendimentos médios mensais de jovens entre 15 e 24 anos elegendo a variável cor ou raça, verificamos que os jovens brancos são maioria nas faixas de rendas superiores a dois salários mínimos, mas a situação se inverte para os não-brancos, que se concentram entre os que não têm rendimento ou cujo rendimento é inferior a dois salários mínimos (tabela 18).

Entre os jovens sem rendimento há um

Tabela 16. Categorias de ocupação com maior freqüência entre os jovens de 15 a 24 anos (1981 e 2001)

Ocupação	Proporção (em porcentagem)		Anos de estudo		Remuneração média (em reais)
	1981	2001	1981	2001	2000
Homens					
Trabalhador agropecuário	27,3	18,0	2,6	4,3	89,04
Auxiliar administrativo	6,4	4,3	9,0	10,2	365,08
Lojista	5,6	7,9	6,3	8,5	263,4
Servente de pedreiro	4,9	5,2	3,4	5,7	198,68
Trabalhador braçal sem especificação	4,8	4,4	2,8	5,7	195,92
Produtor agropecuário autônomo	4,2	—	2,4	—	—
Porteiro, vigia ou servente	3,6	4,1	5,6	7,8	269,58
Mecânico sem especificação	3,0	3,1	5,7	7,8	286,49
Pedreiro	2,6	—	3,9	—	—
Motorista	2,3	2,3	5,6	7,9	460,72
Outras ocupações não definidas	—	5,5	—	8,1	282,85
Garçom	—	2,3	—	7,7	240,57
Mulheres					
Empregada doméstica	25,1	22,0	3,7	6,5	140,11
Trabalhadora agropecuária	16,2	6,5	2,8	5,0	33,27
Auxiliar administrativa	14,4	13,7	9,8	10,7	342,36
Lojista	6,9	12,8	7,2	9,6	249,30
Professora do ensino fundamental	4,5	4,0	9,4	11,4	289,57
Costureira	4,0	3,0	5,5	8,4	235,13
Caixa	2,5	3,2	8,8	10,4	295,30
Outras ocupações não definidas	2,4	3,8	7,9	10,8	286,10
Porteira, vigia ou servente	1,5	—	4,8	—	—
Garçonete	1,8	3,6	4,8	8,0	187,29
Vendedora ambulante	—	2,4	—	7,6	147,00

Fonte: Camarano et al., 2003.

Tabela 17. Distribuição da população de 15 a 24 anos de idade por classes de rendimento médio mensal e por região

Região	Renda em salários mínimos (SM)				Total
	Sem rendimento	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	
Norte	18,0%	67,5%	11,6%	3,0%	100%
Nordeste	19,4%	72,5%	6,5%	1,5%	100%
Sudeste	4,4%	59,9%	28,9%	6,8%	100%
Sul	10,8%	62,0%	22,7%	4,5%	100%
Centro-Oeste	5,2%	70,5%	19,1%	5,2%	100%
Brasil	10,4%	64,9%	20,0%	4,6%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 18. Distribuição da população de 15 a 24 anos de idade, por cor ou raça, por classes de rendimento médio mensal

Cor	Renda em salários mínimos (SM)				Total
	Sem rendimento	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	
Branca	8,7%	59,3%	25,4%	6,7%	100%
Não-branca	12,4%	71,3%	14,0%	2,3%	100%
Total	10,4%	64,9%	20,0%	4,6%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 19. Distribuição da população de 15 a 24 anos de idade, por sexo e por classes de rendimento médio mensal

Sexo	Renda em salários mínimos (SM)				Total
	Sem rendimento	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	
Masculino	11,5%	61,8%	21,5%	5,1%	100%
Feminino	8,6%	70,1%	17,6%	3,7%	100%
Total	10,4%	64,9%	20,0%	4,6%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 20. Distribuição da população, por faixa etária e classes de rendimento médio mensal

Faixa etária	Renda em salários mínimos (SM)				Total
	Sem rendimento	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	
15 a 19	16,3%	72,9%	9,8%	1,0%	100%
20 a 24	6,7%	59,9%	26,5%	6,9%	100%
25 a 29	4,5%	48,2%	31,1%	16,1%	100%
30 a 34	4,3%	43,8%	30,4%	21,5%	100%
35 a 39	4,3%	41,7%	28,7%	25,3%	100%
40 a 44	4,5%	40,1%	27,6%	27,7%	100%
45 a 49	5,4%	40,3%	26,1%	28,2%	100%
50 a 54	7,1%	43,3%	24,3%	25,4%	100%
55 a 59	9,6%	47,2%	21,9%	21,3%	100%
60 a 64	12,6%	49,1%	19,7%	18,6%	100%
Total	6,6%	48,8%	26,0%	18,6%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 21. Distribuição da população de 15 a 24 anos de idade, por classes de rendimento médio mensal e por região

Região	Renda em salários mínimos (SM)				Total
	Sem rendimento	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	
Norte	18,0%	67,5%	11,6%	3,0%	100%
Nordeste	19,4%	72,5%	6,5%	1,5%	100%
Sudeste	4,4%	59,9%	28,9%	6,8%	100%
Sul	10,8%	62,0%	22,7%	4,5%	100%
Centro-Oeste	5,2%	70,5%	19,1%	5,2%	100%
Brasil	10,4%	64,9%	20,0%	4,6%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 22. Pessoas de 15 a 24 anos de idade, por região e jornada semanal média de trabalho

Região	Jornada semanal de trabalho			Total
	Até 40 horas	De 40 a 60 horas	Mais de 60 horas	
Norte	47,0%	43,3%	9,7%	100%
Nordeste	53,6%	38,4%	8,1%	100%
Sudeste	43,8%	50,2%	6,0%	100%
Sul	43,8%	50,7%	5,4%	100%
Centro-Oeste	39,5%	51,1%	9,4%	100%
Total	46,3%	46,7%	7,0%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

predomínio de homens. Já entre os que tem rendimento, as mulheres estão mais concentradas na faixa de renda inferior (até dois salários mínimos) (tabela 19).

Se observarmos a distribuição dos rendimentos (renda de todos os trabalhos) por idade dos que declararam serem ocupados por ocasião do Censo 2000, constatamos que os jovens estão desproporcionalmente concentrados nas classes sem rendimento e até dois salários mínimos, quando comparados ao total dos ocupados (tabela 20).

Ao considerarmos as diferentes regiões brasileiras, verificamos que as desigualdades se repetem (tabela 21).

Quanto à jornada semanal de trabalho, enquanto cerca de 46% dos jovens trabalha até 40 horas, outros 47% trabalham de 40 a 60 horas. Por ocasião do Censo 2000, 7% dos ocupados mencionaram trabalhar mais de 60 horas em média por semana (tabela 22).

TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA E MODOS DE VIDA ENTRE OS JOVENS

Embora reste o desafio de se traçar um panorama ampliado da juventude brasileira quanto aos estilos, aos modos de vida e aos seus valores, algumas informações já estão disponibilizadas e merecem ser destacadas neste momento.

Um dado importante para conhecimento da experiência juvenil reside no exame dos modos de transição para a vida adulta. Apesar de os percursos recobrirem profundas diferenças entre as classes sociais, os sexos e a inserção rural e urbana, no Brasil quase não existem estudos que evidenciam como essa transição ocorre.

As questões enunciadas anteriormente são, visivelmente, expressão de processos históricos peculiares, que resultaram, nos últimos anos, na superação do “modelo de instalação” na passagem para a vida adulta. Para Galland (1991), a entrada na vida adulta significa ultrapassar três etapas importantes, delimitadas pela partida da família de origem, pela entrada na vida profissional e pela formação de um casal.

Segundo este autor, os segmentos operários eram caracterizados, no início do século, pela instantaneidade da passagem da infância à vida adulta e pela concordância necessária entre essas três etapas. Em oposição, o modelo burguês delineava-se pela idéia do diletantismo, que possibilitava adiar o momento e as etapas definitivas de entrada na vida adulta sem renunciar, no entanto, a certas formas de independência.

As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século XX, responsáveis pelo alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais, e as condições diferenciais de acesso ao mundo do trabalho – sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna – exigiram novas modalidades de compreensão para essa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas.



Chamboredon (1985) propõe, assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta. Em decorrência, tanto a *descristalização*, representando a dissociação no exercício de algumas funções adultas, como a *latência*, que separa a posse de alguns atributos do seu imediato exercício, seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais. O primeiro caso – a descristalização – pode ser exemplificado pelo exercício das atividades adultas da sexualidade já na puberdade, dissociado das funções reprodutivas e familiares. O segundo caso – a latência – seria ilustrado pela situação de posse de habilitação profissional oferecida pelo sistema escolar sem o imediato ingresso no mercado de trabalho, situação típica de países como a França.

Nessa mesma direção, Attias-Donfut (1996) afirma que a entrada na vida adulta se faz cada vez de modo progressivo, segundo etapas variáveis e “desreguladas” ou “desnormatizadas”. Estaríamos, assim, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário, centrado no trabalho e na “descronologização” do percurso das idades, que participa, assim, da reconstrução dos grupos sociais. Assim, há um conjunto de práticas de reversão, ou seja, jovens que voltam a morar com os pais após o período que corresponderia à saída de casa, indicando não haver só um único caminho, mas também nenhuma linearidade no processo de entrada na vida adulta.

Tabela 23. Indicadores de transição para a vida adulta (1981 e 2001)
(Em porcentagem)

	Proporção que formou família		Idade média		Proporção na PEA		Idade média	
	1981	2001	1981	2001	1981	2001	1981	2001
Homens	11,66	12,55	22,28	22,04	79,72	71,13	19,59	20,02
Mulheres	24,69	25,02	21,40	21,28	41,78	49,13	19,51	20,16

Fonte: Camarano et al., 2003.

Alguns dados demográficos são sugestivos e talvez estimulem a realização de investigações sobre os modos de entrada na vida adulta entre os jovens brasileiros. Em 2001, 10% dos domicílios brasileiros eram domicílios de jovens e, desse conjunto, 75% eram formados por casais com filhos. Apesar de reconhecer o aumento da fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos, nos últimos vinte anos não se verificou um adiamento da idade em que a população de 15 a 24 anos sai da casa dos pais ou de parentes para iniciar uma nova unidade familiar (tabela 23) (Camarano e outros, 2003: 58).

RELIGIÃO

Algumas mudanças podem ser observadas quanto ao comportamento religioso, com uma tendência fortalecida nas últimas décadas no País. Cada censo demográfico aponta uma

diminuição no contingente de católicos (ainda que continuem a ser o grupo majoritário) e um crescimento de dois grupos: o contingente de pessoas que se definem como “sem religião” e o de pessoas que se definem como “evangélicos pentecostais”. Essa tendência se manifesta principalmente entre jovens: enquanto nas faixas mais velhas a proporção de católicos chega a quase 80%, nas faixas jovens essa proporção cai para algo em torno de 74%. Em contrapartida, nas faixas jovens, a proporção de pessoas sem religião chega a quase 10%. Note-se que a proporção de católicos diminui com a idade, o que demonstra uma tendência no sentido de um aumento paulatino e irreversível das pessoas com outras religiões que não a católica (tabela 24).

Tabela 24. Distribuição da população por grandes grupos religiosos, de acordo com o Censo 2000

Grupo etário	Religião					Total
	Sem religião	Católica	Evangélica tradicional	Evangélica pentecostal	Outra	
0 a 4	10,5%	70,7%	3,6%	12,2%	3,0%	100%
5 a 9	7,1%	72,3%	4,1%	13,3%	3,1%	100%
10 a 14	6,6%	74,0%	4,2%	12,1%	3,1%	100%
15 a 19	8,9%	74,1%	3,9%	10,1%	3,0%	100%
20 a 24	9,4%	73,1%	3,9%	10,3%	3,3%	100%
25 a 29	8,6%	72,3%	4,2%	11,3%	3,6%	100%
30 a 34	7,5%	72,6%	4,3%	11,6%	3,9%	100%
35 a 39	6,8%	73,3%	4,3%	11,3%	4,3%	100%
40 a 44	6,3%	74,1%	4,1%	10,9%	4,5%	100%
45 a 49	5,7%	74,8%	4,1%	10,9%	4,6%	100%
50 a 54	5,2%	75,0%	4,1%	11,1%	4,5%	100%
55 a 59	4,7%	75,6%	4,2%	11,1%	4,3%	100%
60 a 64	4,2%	76,1%	4,3%	11,1%	4,3%	100%
65 a 69	3,9%	76,5%	4,4%	10,8%	4,4%	100%
70 a 74	3,6%	77,5%	4,5%	10,0%	4,4%	100%
75 a 79	3,5%	78,2%	4,5%	9,5%	4,3%	100%
80 ou mais	3,5%	78,9%	4,5%	8,9%	4,2%	100%
Total	7,4%	73,6%	4,1%	11,3%	3,7%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE JOVENS?

Em **pesquisa nacional** realizada em 1999 pela Fundação Perseu Abramo com jovens residentes em nove regiões metropolitanas, foi possível verificar que no Brasil a condição juvenil não pode ser apreendida apenas da realidade escolar – ou seja, da situação dos jovens como estudantes –, mas deve ser compreendida também a partir do mundo do trabalho. Por essas razões, no Brasil, a transição para a idade adulta não é representada pelo início da vida profissional, como acontece em alguns países desenvolvidos.

TRABALHO

Estavam trabalhando, desempregados ou buscando alguma forma de contato com o mundo do trabalho, 78% dos jovens entrevistados. Ou seja, cerca de quatro em cada cinco jovens brasileiros metropolitanos estavam ligados à esfera do trabalho em novembro de 1999, independentemente de terem completado ou não sua formação escolar.

Para dois terços dos jovens economicamente ativos, o trabalho constituía um complemento de renda familiar. No entanto, outras atribuições de sentido, além da subsistência, apareceram nas respostas. De um lado, a ocupação é vista como meio para a própria formação profissional e para continuidade da educação escolar. De outro, o trabalho também permite a esses jovens a possibilidade de experimentar a condição juvenil em esferas como a da sociabilidade, do lazer, da cultura e do consumo (de roupas, aparelhos eletrônicos, entre outros). Assim, a ocupação, mesmo realizada sob condições precárias, aparece revestida de atribuições positivas ligadas à maior independência da família, à autonomia e como condição de prazer. Os resultados mostravam que havia mais jovens satisfeitos (37% muito satisfeitos, 38% um pouco satisfeitos) que insatisfeitos (10% um pouco insatisfeitos, 7% muito insatisfeitos) com a

atividade exercida. Por essas razões, quando perguntados sobre seu principal tema de preocupação, a resposta majoritária foi o desemprego, ao lado do problema da violência e, em seguida, a questão das drogas.

VIOLÊNCIA

Quanto à violência e seu crescimento nos últimos anos, sobretudo a partir da disseminação das quadrilhas organizadas em torno do narcotráfico, é preciso ressaltar que os segmentos juvenis da sociedade brasileira, embora apareçam quase sempre como protagonistas, são muito **mais vítimas do que responsáveis**. Embora a taxa global de mortalidade da população brasileira tenha decrescido de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 573, no ano 2000, o inverso ocorreu com os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos: de 128 passou para 133 por 100 mil no mesmo período. Como afirma Waiselfisz (2002: 25), “a mortalidade entre os jovens não só aumentou, como também mudou sua configuração, a partir do que se pode denominar como os ‘novos padrões de mortalidade juvenil’”. Os novos padrões exprimiriam as novas razões da mortalidade juvenil, não mais as doenças e as epidemias infecciosas, como há décadas, mas as denominadas causas externas, principalmente os acidentes de trânsito e os homicídios.

A pesquisa compreendeu as seguintes regiões metropolitanas: Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Distrito Federal (DF), correspondendo a um universo de nove milhões de jovens entre 15 e 24 anos aproximadamente. Foram realizadas 1.806 entrevistas pessoais e domiciliares estratificadas de acordo com os dados da Contagem Populacional do IBGE de 1996.

De acordo com o Unicef, cerca de 30 mil adolescentes com menos de 18 anos são privados de liberdade anualmente. A incidência de atos infracionais cometidos por adolescentes é de 8% da soma de delitos praticados por adultos e adolescentes em todo o Brasil.



Na cidade do Rio de Janeiro, no ano 2000, a taxa de homicídios declarados a cada 100 mil habitantes foi de 54,9. A partir de um estudo realizado com a população juvenil da cidade, Novaes e Mello (2002) verificaram que a rua foi apontada por todos os jovens como o *locus* de maior perigo. Nesse sentido, as autoras constataram que são os jovens pobres os que mais dependem das formas públicas de lazer, entre elas a circulação pelas ruas e praias. Assim, são esses segmentos também os mais penalizados com os índices crescentes de violência, por não ter acesso fácil a formas de lazer que envolvam gastos.

DROGAS

Ao apontar quais seriam os maiores problemas no mundo, os jovens entrevistados pela Fundação Perseu Abramo consideram que a violência é o primeiro, com 52% de menções espontâneas. Aproximadamente 29% dos entrevistados declararam ter visto, pessoalmente, alguém assassinado.

Como terceiro problema, foi mencionado o campo das drogas, revelando proximidade e contato com usuários, embora poucos tenham declarado o hábito de consumo de drogas ilícitas, como a maconha e a cocaína (13% declararam já ter experimentado a maconha e apenas 5%, *crack* ou cocaína). Embora os jovens apontem as substâncias ilícitas como as mais freqüentes, a pesquisa não tratou do consumo de álcool, que certamente é um grande problema, sendo o agente responsável pela maioria dos óbitos de jovens em acidentes de trânsito.

Dados de pesquisa nacional domiciliar realizada em 2001 nas 107 maiores cidades do País são muito próximos aos obtidos na pesquisa da Fundação Perseu Abramo. Na faixa etária de 12 a 17 anos, apenas 3,5% declararam ter usado maconha; para aqueles que estavam entre 18 e 24 anos os índices foram de 9,9%. O uso de cocaína ainda é menos freqüente, pois, entre os mais

jovens (de 12 a 17 anos), apenas 0,5% confirmaram o uso, e, entre aqueles que estavam na faixa de 18 a 24 anos, os índices estiveram em torno de 3,2% (Carlini, 2001). Vale a pena ressaltar que os dados nacionais coletados considerando a população total mostram que, em relação a outros países, quanto ao uso da maconha, por exemplo, o Brasil esteve próximo da Colômbia e da Alemanha, mas bem abaixo dos Estados Unidos, da Holanda, do Reino Unido, da Espanha e da Dinamarca.

LAZER

Para os jovens metropolitanos sujeitos da pesquisa, o lazer consiste, sobretudo, em sair com os amigos, assistir à televisão e ir a danceterias, bares e restaurantes. A ida a *shopping centers* aparece como a atividade realizada com maior freqüência nas grandes cidades. No entanto, um dado importante da pesquisa realizada com jovens da cidade do Rio de Janeiro indica que, ao declarar o que fizeram no final de semana anterior à pesquisa, 49% afirmaram ter permanecido em sua própria casa vendo televisão, ouvindo rádio ou lendo livros. Para os jovens entrevistados, essa alternativa está longe de ser a forma de lazer ideal para o fim de semana (Novaes e Mello, 2002).

As dificuldades de acesso ao lazer também se observam na pesquisa sobre o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional (Inaf, 2003). Entre os jovens com 15 a 24 anos, 54% declararam que nunca vão ao cinema e 76% nunca vão ao teatro. Os *shows* parecem ser mais acessíveis aos jovens, uma vez que 71% declaram ir sempre, às vezes ou de vez em quando.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Os jovens pesquisados pela Fundação Perseu Abramo apresentaram-se, em 1999, predominantemente otimistas quanto ao seu futuro pessoal, embora esse otimismo decresça nos segmentos sociais com renda mais baixa. Acreditavam que, com o esforço pessoal, promoveriam a melhoria das suas condições de vida, reiterando o imaginário liberal em torno da

importância do êxito individual. No entanto, naquele período, demonstravam-se mais pessimistas diante do futuro do País. Mas a confiança no futuro pessoal era permeada por certa insegurança, pois, ao examinar a frase “o futuro traz mais dúvidas que certezas”, 53% concordaram totalmente e 26%, em parte com a afirmação.

Um dado importante, capaz de retratar os modos de vida de jovens moradores de grandes cidades, é manifestado pelos jovens da cidade do Rio de Janeiro: somente 5,4% declararam não ter qualquer tipo de medo. Apesar da variedade de manifestações desse sentimento (6,8% declararam medo da solidão, por exemplo), a grande maioria localizou-os “na vida, em tempo real”. Novaes e Mello (2002) identificaram dois blocos nítidos do sentimento de medo: “Analisando o conjunto das respostas, podemos dizer que no ‘medo da morte’ se expressam várias características da insegura vida urbana atual e no ‘medo do futuro’ expressam-se, mais uma vez, os sentimentos de uma geração que se defronta com um mercado de trabalho restritivo e mutante”.

POLÍTICA

A pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo observou uma situação intermediária entre os jovens: não há uma adesão irrestrita às formas tradicionais de participação, mas também não há nenhum grau absoluto de desinteresse. Nos assuntos de maior motivação para a discussão, a política apareceu em sétimo lugar. A crítica à política parece estar mais radicada nos atores que no processo político *stricto sensu*. No entanto, os temas sociais sempre apareceram com muita frequência no campo de interesses dos jovens, particularmente o desemprego, a educação, o racismo, a cultura e as questões ligadas ao meio ambiente.

As formas tradicionais de participação no sistema escolar – como o movimento estudantil – são muito pouco mobilizadoras, pois apenas 4% dos que estudavam participavam

ativamente de agremiações estudantis. Entre os jovens que trabalhavam, só 3% mantinham algum vínculo com o sindicatos. Isso não só significa uma resistência a esse tipo de participação, mas é expressão também dos baixos índices de empregos formais atingidos pela esfera de ação dos sindicatos.

CULTURA

No Brasil, a emergência de movimentos culturais tem sido objeto de investigação, desde final dos anos 1980, com o arrefecimento das formas tradicionais de militância juvenil. Os principais estudos realizados até agora indicam que a diversidade de formas de manifestação – estilos musicais variados, do *rock* ao *rap*, passando pelos ritmos de origem africana e pelo *funk*, a



dança, as artes plásticas, o teatro, os esportes, entre outros – não impede, no entanto, a identificação de alguns traços comuns: o desenvolvimento da auto-estima e de atribuições positivas no processo de construção da identidade; a mobilização para uma presença diferenciada nos espaços públicos; o estímulo às formas coletivas de ação e de solidariedade no âmbito de sociabilidades fragmentadas e desagregadoras; o surgimento de conflitos sociais

em torno dos direitos da população jovem e de políticas públicas voltadas para esse segmento.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo com os jovens metropolitanos também investigou outras formas de participação e, mesmo não atingindo a maioria dos jovens, elas são bastante freqüentes: 22% afirmaram ter algum tipo de participação em grupos próximos do local onde, sendo preferidos os grupos religiosos, seguidos pelos grupos musicais.

EXCLUSÃO

Finalizando esse perfil, é preciso admitir que os processos de exclusão que afetam os jovens brasileiros são múltiplos e precisam ser considerados em sua complexidade. O próprio termo “exclusão” passa a ser tratado, na acepção de Castel, como um *mot valise*, que pode designar situações e processos sociais de natureza diversa. A partir de uma crítica ao próprio termo, para além da possível utilidade política e social de seu emprego, Martins (1997) acredita que há uma certa “fetichização” do uso e certo reducionismo interpretativo. Para esse autor, há uma tradição de reflexão latino-americana que trabalha sociologicamente a questão muito mais em termos de *processos* de exclusão, o que provoca a integração precária e subalterna e modos de marginalização, do que um fenômeno estático como em geral tem sido tratado atualmente.

As novas desigualdades no País se sobrepõem aos processos mais arcaicos ainda não superados, que caracterizariam a velha exclusão social. Definida pela baixa escolaridade, pela privação absoluta e pela falta de acesso à terra, a velha exclusão convive com os fenômenos da nova exclusão social, radicada nas periferias dos centros urbanos. As novas desigualdades seriam decorrentes do desemprego por longos períodos ou da falta de acesso ao trabalho, em decorrência

da maior elevação da escolaridade e da formação profissional. Assim, a nova desigualdade ocorre em situações de ausência de mobilidade social ascendente, atingindo, sobretudo, os jovens das cidades (Martins, 1997; Pochmann, 2003^A: 33).

Nesse sentido, apesar de alterações importantes nos últimos anos, as desigualdades entre os sexos persistem, principalmente no mercado de trabalho, mesmo com a elevação da escolaridade do grupo de mulheres jovens. Os efeitos da discriminação e do preconceito racial que afetam a população negra no País são visíveis entre os jovens, exprimindo mais uma das faces da desigualdade, que se sobrepõem e são acentuadas ainda mais pela diversidade de desenvolvimento das várias regiões brasileiras.

As formas de exclusão social – antigas e novas – convivem, mesmo que de modo contraditório, com mecanismos de inclusão cultural, apesar de precária e subordinada, por meio do acesso ao consumo, às informações e aos conteúdos da indústria cultural de massa. No entanto, a tradição reflexiva latino-americana precisa ser recuperada, pois, como afirma Martins (1997), ao tratar a exclusão como resultado único da sociedade atual, o “pensamento social eliminaria a possibilidade de considerar que o mesmo processo excludente gera e põe em movimento a interpretação e a crítica da vítima”. Ou seja, trata-se de um processo que nasce no interior de um conflito e pressupõe a possibilidade de a vítima – o excluído, e, nesse caso, podem-se incluir parcelas importantes dos jovens brasileiros – tornar-se sujeito de práticas que a contestem.

Essas questões são extremamente importantes para qualquer análise sobre os jovens no Brasil, pois esses segmentos têm manifestado novas capacidades de ação e de crítica ao modelo social atual, mesmo vivendo em situação excludente.

A INSTITUCIONALIDADE PÚBLICA E A OFERTA PROGRAMÁTICA PARA A JUVENTUDE EM NÍVEL NACIONAL

Na sociedade brasileira, ainda que recentemente, observa-se um consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinadas à juventude. Em análise sobre as ações públicas destinadas à juventude, fazendo um balanço em meados da década de 1990, Rua (1998) opta por uma definição bastante sugestiva de políticas públicas. Diz a autora: “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos”. Contrapõe à idéia de “**problemas políticos**” a expressão “estado de coisas”. Assim, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política ao ocupar a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o “estado de coisas”.

Essas observações são importantes para a compreensão da trajetória recente das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, uma vez que, de modo diferente do conjunto da América Latina, elas tendem a permanecer muito mais como “estado de coisas” do que problemas de natureza política que demandam respostas. Por essas razões, ao examinar as políticas setoriais, sobretudo no nível federal – educação, saúde e trabalho –, Rua constata que nenhuma delas estava, naquela conjuntura, contemplando ações especialmente voltadas para os jovens. Como afirmava a autora, no Brasil, “os jovens são inseridos em políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias”, e tais políticas não estariam orientadas a partir da idéia de que os jovens representam o futuro, em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

Nos países europeus, a formulação de políticas destinadas aos jovens já integra o campo das ações públicas há algumas décadas, principalmente a partir da crise do trabalho assalariado, que passa a afetar gravemente o destino da maioria da população jovem dessas sociedades. O debate proposto no final da

década de 1990 já se situava em outro patamar, pois se tratava de examinar mais detidamente os modos de funcionamento do Estado em contextos sociais marcados pela exclusão.

Na América Latina, embora se reconheça a presença de intenções voltadas para o estabelecimento de políticas, sobretudo a partir de meados da década de 1990, quando alguns representantes de governos nacionais assinalaram sua presença no Programa Regional de Ações para o desenvolvimento da juventude na América Latina (PRADJAL 1995-2000), os balanços ainda demonstram certo pessimismo em alguns países ou o caráter incipiente das ações e sua extrema diversidade.

No Brasil, no final dos anos 1990 e no início deste século, pode-se verificar uma importante inflexão do tema juventude. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do Poder Executivo são mobilizadas, tanto o nível federal como os níveis estadual e municipal.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como uma fase da vida marcada por certa instabilidade, associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também apresenta mudanças (a este respeito, consultar também Bourdieu, 1986; Sposito, 1997 e 2002; Pais, 1990; Abramo, 1997).



A expressão “os jovens como problema social” tem um estatuto diferente da noção de que as políticas públicas ocorrem quando jovens deixam de ser “estado de coisas” e aparecendo como “problemas políticos”. Neste caso, tanto pode estar presente a idéia de “proteção” da sociedade diante do risco iminente provocado por seus segmentos jovens, como a percepção de que os atores juvenis podem estar contemplados nas políticas como expressão de um campo ampliado de direitos reconhecidos pela democracia.

Apesar de a previsão geral do

ECA ter o limite de idade aos 18 anos, existe a excepcionalidade de extensão de medidas socioeducativas até aos 21 anos, no caso de doenças mentais e práticas de atos infracionais. Neste caso, reforça-se o argumento de que existe uma população juvenil à margem das políticas, a não ser quando se trata da restrição da liberdade.

As observações aqui enunciadas

foram desenvolvidas em Sposito e Carrano, 2003. Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos de População*, Castro e Abramovay (2002) também fizeram balanços das políticas públicas federais para a juventude.

Um conceito muito

utilizado para a formulação das ações tem sido o de “jovens em situação de vulnerabilidade”. No entanto, seu uso indiscriminado também passa a ser objeto de crítica, pois desloca a idéia de “estruturas geradoras da vulnerabilidade” para o sujeito e, assim, pode ignorar que os jovens vulneráveis são portadores de capital social e cultural, capazes de ação coletiva, de criar alternativas e respostas aos seus dilemas. A esse respeito consultar Castro (2002)

Nessa perspectiva, no Brasil, há uma herança sociopolítica acumulada na luta pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que influencia positivamente o debate atual, pois alguns setores afirmam, diante da juventude, uma concepção ampliada de direitos. No entanto, parte das atenções, tanto da sociedade civil como do poder público, voltou-se, nos últimos anos, para os *adolescentes* e para aqueles que estão em *processo de exclusão* ou *privados de direitos* – a **faixa etária compreendida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Esse duplo

recorte, *etário* – adolescentes – e *socioeconômico*, pode operar com seleções que impõem modos próprios de conceber as ações públicas. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas exclui um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda, efetivamente, vivem a condição juvenil. De outra parte, no conjunto das imagens, não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos, os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas, que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que podem, ou não, estar no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos.

POLÍTICAS FEDERAIS

No tratamento do tema da juventude, no plano das **políticas federais**, é preciso recompor um desenho de ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam grande parcela da população jovem, sobretudo a partir da década de 1990, e lançando-a numa condição que se tornou usual conceituar como **risco social**.

Problemas reais identificados, principalmente,

na área de saúde, da segurança pública, do trabalho e emprego deram a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo, é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente para os moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.

De qualquer modo, mesmo que não se possa falar, na esfera federal, de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, principalmente pela idéia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, ela mesma num problema para a sociedade.

As primeiras ações de programas específicos destinados aos jovens, sobretudo os adolescentes, aparecem na área da saúde e são marcadas pelo foco na prevenção de condutas de risco (DST/aids, drogas, acidentes de trânsito e gravidez precoce), no final da década de 1980.

A disseminação das mortes violentas de jovens ou por eles protagonizadas e o crescimento das redes de narcotráfico se associam ao tema do consumo de substâncias ilícitas/lícitas, a partir da década de 1990. Desse modo, o tema da criminalidade permeia permanentemente o debate sobre as políticas públicas para os jovens.

O ano de 1997, data do assassinato do índio Galdino por jovens de classe média da cidade de Brasília, no Distrito Federal, traduz um marco importante, que se expressa em respostas programáticas à violência de jovens também de classe média.

Os programas federais

Dos 33 programas lançados pelo governo federal entre 1994 e 2002, 18 eram específicos para o segmento juvenil, 10 atingiam outras faixas etárias (crianças e jovens ou jovens e adultos) e 5 atingiam incidentalmente os jovens. No conjunto, 30 foram de iniciativa estritamente governamental e 3 abrangiam propostas da Comunidade Solidária, órgão de ação social coordenada pela primeira-dama Ruth Cardoso. Os 30 programas estritamente governamentais estavam distribuídos da seguinte maneira:

- 5 se localizavam no Ministério da Educação;
- 6 no Ministério de Esporte e Turismo;
- 6 no Ministério da Justiça;
- 1 no Ministério de Desenvolvimento Agrário;
- 1 no Ministério da Saúde;
- 2 no Ministério de Trabalho e Emprego;
- 3 no Ministério de Previdência e Assistência Social;
- 2 no Ministério de Ciência e Tecnologia;
- 2 no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- 1 no Gabinete do Presidente da República (Projeto Alvorada);
- 1 de caráter interministerial, especificamente voltado para a integração das ações de 11 projetos/programas focados em jovens, no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Programa Brasil em Ação), que não chegou a evidenciar seu impacto.

No final dessa década, os indicadores sobre o desemprego juvenil e a acentuação dos processos de precarização social fomentam a necessidade de políticas de inclusão (tanto assistenciais como de promoção a um patamar diferencial de integração na sociedade), em uma crise da ação de um Estado que durante toda a década de 1990 e o início do novo século viveu a hegemonia das políticas neoliberais.

Em seu conjunto, o governo federal no período de 1994 a 2002 lançou 33 programas focando a juventude. É significativa a informação de que 60% dessas ações foram implantadas somente no período dos últimos cinco anos, o que denota a recente trajetória na formulação de políticas de juventude, assim como explica, mesmo que em parte, a sua incipiente institucionalização e fragmentação.

Em geral, as ações são realizadas pela formulação de parcerias com associações da sociedade civil – organizações não-governamentais (ONGs) ou fundações empresariais –, ou por meio dos recursos repassados para os Estados e municípios, que passam a executá-las. Nesse processo de relacionamento entre a esfera federal, os Estados e os municípios, observa-se o paradoxo de que, mesmo no contexto de políticas de execução descentralizadas, os órgãos federais se constituíram em poderosos indutores, na maioria das vezes não-democráticos, de ações que conformam os programas em nível local, apesar da delegação de verbas e de responsabilidades para tal.

O balanço geral sobre os 33 programas e projetos federais relacionados, especialmente quanto às ações relacionadas com os jovens maiores de 18 anos, permite afirmar que inexistiram canais democráticos que assegurassem aos jovens espaços de debate e participação para a formulação, o acompanhamento e a avaliação dessas ações.

AÇÕES DO GOVERNO LULA

O novo governo, empossado em janeiro de 2003, recebeu uma pesada herança de programas destinados à juventude, sem uma avaliação precisa do seu impacto e sem ter acumulado, por sua vez, uma clara estratégia de ação no terreno das políticas públicas em suas interações com os segmentos juvenis.

Nos Ministérios, são elaborados novos programas sem que se observe, ainda, uma clara articulação entre as ações, de modo a superar a fragmentação anterior. O lançamento oficial do Programa Primeiro Emprego, no primeiro semestre de 2003, constituiu a iniciativa de maior visibilidade voltada para os segmentos juvenis. De acordo com seus promotores, esse programa será o “carro-chefe” na área de juventude. O Programa Primeiro Emprego tem como meta as seguintes ações concretas para assegurar a oportunidade de inserção de jovens no mundo do trabalho:

- incentivos às empresas para contratação de jovens;

- incentivo às ações de responsabilidade social das empresas;
- investimento na geração de ocupação de jovens por meio do incentivo ao empreendedorismo, ao auto-emprego e à economia solidária.

Houve um primeiro ensaio de ação interministerial, protagonizado pela Casa Civil da Presidência da República, que tentou reunir, porém, sem sucesso, os vários Ministérios para tratar das ações e dos projetos relacionados à juventude nas diversas áreas do governo. A partir de meados de 2003, foi constituída uma Câmara Setorial de Políticas Sociais, que deverá conceber propostas de unificação e articulação das políticas, incluindo nesse escopo aquelas que têm como alvo os jovens. Após seis meses de governo, ainda não houve, sob o ponto de vista institucional, nenhum movimento de criação de organismos voltados especialmente para a articulação das políticas de juventude.

ALTERNATIVAS

No Brasil, outros caminhos têm oferecido um conjunto mais amplo de alternativas. Entre eles, verifica-se a formação de Conselhos de Juventude, tanto nas cidades como ligados ao poder estadual, com formatos heterogêneos e atribuições diversificadas. Sua vitalidade dependerá, sobretudo, da capacidade de exercício de uma relação estreita com os segmentos juvenis em sua diversidade e de mecanismos que evitem o isolamento e as disputas políticas, além de uma “certa profissionalização” dos conselheiros, conforme já observou Abad (2003) na experiência de Medellín, na Colômbia.

Outra perspectiva inovadora em direção à constituição de uma esfera pública de debates e de formulação das políticas de juventude consiste na criação das Comissões de Juventude ligadas às Câmaras Municipais. A Cidade de São Paulo foi pioneira, pois sua Comissão, constituída por parlamentares de diversos partidos, embora criada em 2000, começou a funcionar em 2001. A

experiência tende a se disseminar e, em abril deste ano, instalou-se uma Comissão Especial de Juventude na Câmara Federal.

No nível federal, o trabalho principal dessa comissão será a elaboração de um Plano Nacional de Políticas Públicas de Juventude e de um Estatuto dos Direitos da Juventude. O Plano deverá estabelecer metas a serem cumpridas em um prazo de dez anos, apontando as responsabilidades do governo federal, dos Estados e dos municípios, determinando diretrizes que garantam a continuidade da política. O Estatuto constituirá o marco legal específico para os jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos específicos à sua condição.

O modo de funcionamento dessas comissões, tanto no âmbito federal como nas municipalidades – suprapartidário e em interlocução constante com o Executivo e com a sociedade civil –, poderá desenhar um caminho novo na relação entre a sociedade e o Estado. No âmbito federal, a recente iniciativa do Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e a Semana Nacional de Juventude, ambos realizados na última semana de setembro de 2003, são indicadores importantes das novas interações com a sociedade civil e com os próprios jovens no tema das políticas públicas. As atividades propuseram-se a “qualificar as discussões da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude, estabelecendo um marco para a construção do Plano Nacional de Juventude”.

No nível municipal, as Comissões de Juventude podem potencializar a capacidade de ação dos movimentos juvenis menos institucionalizados existentes nas cidades. Mas é preciso reconhecer que tais organismos precisam ainda traçar um itinerário de ações que as tornem mais visíveis e legítimas não só para a sociedade como no próprio aparelho do Estado.

OS DESENHOS INSTITUCIONAIS E OS PROGRAMAS DIRIGIDOS AOS JOVENS

No Brasil, o exame das iniciativas locais e da ação da sociedade civil traz um campo diversificado de orientações e atores. É preciso reconhecer que as ONGs e as demais associações da sociedade civil, entre elas as instituições religiosas, se anteciparam aos governos na oferta de programas para a juventude durante a década de 1990. Apenas no final dessa década se observa, nas instâncias do Executivo municipal, uma preocupação mais sistemática com a formulação e a implantação de ações específicas voltadas para a juventude.

A força das experiências locais promovidas por ONGs com adolescentes privados de direitos ou em processo de exclusão social não pode ser desconsiderada. Em meados da década de 1990, já havia um considerável leque de trabalhos desenvolvidos, envolvendo adolescentes em atividades que visavam desenvolver a auto-estima, afirmando identidades e promovendo formas de ação voltadas para o desenvolvimento da cidadania.

MODOS DE INTERVENÇÃO

Nessa esfera de intervenção programática, não só as demandas do mundo do trabalho foram eleitas para programas voltados para esses adolescentes, resultando em atividades promotoras de maior capacitação e profissionalização. Mas é principalmente no campo cultural que as expressões mais criativas ocorrem, com forte componente étnico em algumas regiões, como é o caso das ações de ONGs que trabalham na Bahia com os adolescentes e jovens negros (Castro e Abramovay, 1998). Mas, já nesse período – década de 1990 –, os próprios protagonistas das ações apontavam as suas principais dificuldades: instabilidade financeira, dissociação entre o trabalho realizado por essas entidades e as práticas das escolas públicas, que continuavam a desvalorizar os adolescentes atingidos por esse programas, a precariedade dos grupos familiares,

entre outros (Castro e Abramovay, 1998: 579).

Uma das modalidades de inovação empreendida pelas ONGs pode ser caracterizada pela adoção da idéia de *protagonismo* nos programas desenvolvidos com jovens e adolescentes. Essa expressão buscou identificar um modo diverso de trabalho com a população destinatária dos programas sociais, de modo a trazê-las para uma condição diferente da de mero usuário. No entanto, parece obscurecida a questão fundamental que está na origem de qualquer formulação de projetos para a juventude, ou seja, o modo como se concebe a participação dos jovens e o reconhecimento de sua capacidade de ação, individual ou coletiva. O conceito de protagonismo, segundo Mary Castro (2002), passa a ter um uso nitidamente instrumental, e, talvez mais que o protagonismo, deveria-se buscar o antagonismo do teatro grego, aquele que crítica e subverte.



A maioria desses organismos está radicada nas prefeituras, sob a forma de coordenadorias ou assessorias de juventude. No plano estadual, foram criadas secretarias específicas para os assuntos de juventude ou em combinação com outras áreas, como esporte e lazer. Dez Estados da Federação mantêm organismos específicos no Poder Executivo. Em nível municipal, ainda que de forma imprecisa, é possível estimar que cerca de 40 cidades já possuem assessorias ou coordenadorias de juventude.

Apesar da diversidade de experiências, verifica-se que a população correspondente à faixa etária prevista pelo ECA foi prioritariamente atendida, restando à sombra aqueles jovens maiores de 18 anos. Consta-se, também, que debates e programas desenvolvidos por ONGs foram importantes como fomentadores de novas idéias para a ação dos governos municipais.

Assim, tudo leva a crer que, antes de serem incorporados pela esfera governamental, programas e eventuais políticas destinadas aos jovens já eram experimentados pela sociedade civil por meio das ONGs e de fundações empresariais, recobertos de extrema diversidade quanto às orientações.

AÇÕES EM NÍVEL LOCAL E REGIONAL

Um duplo eixo pode explicar a intensificação da presença dos governos locais como executores de ações voltadas para os segmentos juvenis nos últimos dez anos. O primeiro, já enunciado anteriormente, decorre do forte poder indutor do governo federal, que propiciou recursos aos municípios para o desenvolvimento de programas destinados principalmente aos adolescentes e, com menor intensidade, aos jovens. Embora os programas fossem concebidos de modo centralizado, sua execução apresentou-se predominantemente descentralizada. Por essas razões, o município sempre buscou os recursos federais para viabilizar suas ações em um quadro de perda de receitas para o investimento social em razão do forte endividamento público.

O segundo eixo dessa discussão decorre de algumas características presentes no processo de democratização da sociedade brasileira a partir da década de 1980. O poder municipal aparece como campo privilegiado de análise, porque nele as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara. Os estudos de movimentos sociais, desde o início da

década de 1980, procuram demonstrar as possibilidades de conflito e de interação negociada entre os vários atores sociais que têm como cenário a cidade.

Nessa arena conflitiva, o poder municipal aparece como interlocutor próximo dos grupos organizados, sobretudo quando as demandas giram em torno de transformações da qualidade de vida e de novas apropriações do espaço cidadão. Nesse sentido, é exatamente nesse plano que as políticas públicas no Brasil parecem mais ousadas quanto à inovação, sobretudo nas administrações de caráter progressista, sob a responsabilidade de partidos de esquerda ou de centro-esquerda. Porém, não é possível desconhecer a permanência de alguns “núcleos duros” da cultura política nacional, em que o poder local aparece como foco privilegiado para o estabelecimento do clientelismo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a formação dos Conselhos Tutelares, em funcionamento nas várias cidades brasileiras, impulsionaram as municipalidades, mesmo que de forma desigual, a implantar algumas ações voltadas às crianças e aos adolescentes excluídos de direitos.

Observa-se, a partir de meados dos anos 1990, nos planos local e regional, o aparecimento de organismos públicos destinados, de forma específica, a desenvolver ações que têm como alvo os segmentos juvenis, para além da faixa etária compreendida pela adolescência. Verifica-se, no entanto, um **desenho funcional diversificado** desses organismos, que apresentam vocações variadas.

De modo geral, três funções são destacadas por esses gestores de juventude, tanto nos Estados como nos municípios, instâncias públicas, ao inserir em seu desenho esses organismos, dando ênfases diversas a cada uma delas:

- a primeira aparece como uma clara vocação de articulação dos programas existentes, sem

- que o próprio organismo implemente ações ou programas;
- uma segunda ênfase reside naquelas coordenadorias e assessorias que implementam projetos;
 - em terceiro lugar, pode ocorrer a acentuação no estabelecimento de nexos entre os jovens e o poder público – municipal ou estadual –, tanto assegurando uma maior possibilidade de acesso dos grupos juvenis à máquina pública, ao apoiar sua organização por meio do incentivo à criação de fóruns específicos, como em sentido inverso, mobilizando a participação dos jovens em ações desencadeadas pelo governo.

Esta orientação oferece um grau razoável de ambigüidade, pois muitas vezes os grupos organizados são privilegiados nessa interação, demonstrando significativa ausência de movimentos juvenis menos institucionalizados ou com menor força de pressão política diante de sua distância do sistema partidário.

Em outras situações, a mobilização dos jovens ocorre como forma de referendo das ações do Executivo municipal como busca de participação da juventude nos moldes como os governantes propõem suas ações, para o conjunto dos cidadãos e para os jovens em especial. Essas formas ambíguas poderão resultar no processo de formação de políticas públicas que privilegiem a mobilização da juventude apenas para a adesão às orientações governamentais. Na prática, cada organismo realiza uma peculiar alquimia dessas atribuições, dependendo do gestor responsável, do quadro de forças da política local e do grau de legitimidade da assessoria no aparelho público. Uma das características desses organismos é a presença de jovens na função de gestores. Em geral, são jovens oriundos de setores militantes, principalmente do movimento estudantil e de partidos políticos. Essa situação conforma um conjunto

de desafios que poderão proporcionar caminhos diversos na constituição das políticas de juventude.

O movimento de criação de uma institucionalidade em nível local, incrustada no Poder Executivo, é bastante recente e decorre, de modo freqüente, de compromissos eleitorais de partidos, principalmente de esquerda e de centro-esquerda, que, por meio de sua militância juvenil ou de setores organizados do movimento estudantil, incluíram na sua plataforma política demandas desses segmentos, que aspiravam pela formulação de ações específicas destinadas aos jovens. Com menor intensidade, verifica-se a criação de conselhos municipais de juventude que, mesmo formalmente existentes e pouco numerosos, ainda não oferecem para a análise um quadro de suas ações, seu impacto e suas limitações.

Somente uma perspectiva diacrônica, incorporando uma série histórica maior, poderá aferir tendências, descontinuidades e formas de consolidação desses formatos institucionais no plano local e suas potencialidades democráticas na articulação das políticas públicas para a juventude.

Verifica-se, até o momento, que são iniciativas nascidas tanto em capitais de Estados como em cidades pequenas e médias, indicando a existência de considerável diversidade de desafios diante das condições populacionais, de desenvolvimento urbano e das formas de gestão coletiva dos espaços e dos equipamentos públicos. Desse modo, torna-se evidente a lacuna que se forma para os jovens que vivem no campo, se considerarmos a amplitude dos problemas agrários que o Brasil vive e a existência de movimentos e organizações sociais bastante atuantes no campo. Assim, o tema das políticas públicas em suas relações com os jovens no Brasil está sendo delineado ainda sob uma perspectiva estritamente urbana.

Uma ação inovadora é a abertura institucional

Há uma heterogeneidade de situações e de resultados

dessa forma inovadora de participação juvenil que merece ainda uma investigação. Nem todas as experiências vingaram e conseguiram imprimir certa continuidade, como é o caso da cidade de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. Outras mostraram sua potencialidade organizativa, como é o caso de Betim, Uberlândia e Itabira, em Minas Gerais. Em Belém, no Pará, houve uma experiência pioneira bem-sucedida, que evoluiu para uma organização da presença do jovem na formulação das políticas para a cidade, apresentando-se como referência para outros municípios.

para a presença jovem nas várias etapas que marcam a discussão e a implantação do Orçamento Participativo (OP) em alguns municípios. A experiência do OP iniciada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na gestão do Partido dos Trabalhadores, constitui uma referência importante para a proposta de uma nova modalidade de relação entre o governo e a sociedade, que tende a se disseminar em vários municípios do País. Desse conjunto, foram identificadas algumas cidades onde **a presença e a participação da juventude** da cidade foi intencionalmente defendida pelos gestores públicos e traduzida em mecanismos específicos que a assegurassem.

Em outros municípios, tem sido estimulada a criação de Fóruns de Juventude, que promovem congressos ou encontros, reunindo os jovens da cidade para discutir prioridades e formas de implementação de políticas públicas que levem em conta as demandas e as necessidades juvenis.

Na ausência de atores coletivos da sociedade civil – tanto jovens como outros segmentos que com eles trabalham (ONGs, pesquisadores) – fortemente estruturados em torno da temática da juventude, com ampla legitimidade e base de apoio em nível nacional, o poder de interferência e de criação de algum tipo de “conflitividade” com as orientações do aparelho de Estado é bastante restrito no âmbito federal.

No âmbito local, as ações emergem a partir da base de um conjunto heterogêneo de práticas, que, se de um lado recobre a possibilidade de experimentação e de inventividade social – fatores importantes para a constituição da democracia –, de outro poderá resultar em experiências fragmentadas, com fraco poder de impacto e de disseminação.

Assim, pela força tradicional dos agrupamentos mais organizados – juventude partidária e movimento estudantil –, os formatos da participação juvenil tendem a encontrar

dificuldades de criação de novos desenhos participativos e elementos consistentes para a constituição de uma nova cultura política na formulação de políticas públicas de juventude.

Sob o ponto de vista do Poder Público, apesar de estratégias e práticas inovadoras, sobretudo aquelas que envolvem a participação juvenil e o reconhecimento de sua capacidade como atores coletivos, a maioria das ações dos municípios ainda assume feições compensatórias e se identificam com o denominado “risco social” ou buscam atenuar a exclusão social em conjunturas neoliberais. Aparecem também constelações diversas e criativas de práticas inovadoras, tanto culturais como de participação de jovens, incluindo parcerias com organizações não-governamentais que se mostraram bem-sucedidas ao longo do tempo.

No entanto, é preciso admitir que parte significativa de uma incipiente vontade política de construção das ações públicas decorre do reconhecimento dos problemas que afetam a juventude. Parte dessas percepções pode passar a considerar que o próprio jovem se torna um problema para a sociedade, e é sob essa ótica que o Poder Público ou a sociedade civil deve tratá-lo, ou seja, como elemento de disrupção potencial da ordem social.

Há um conjunto de formas emergentes de nova agregação dos interesses e da sociabilidade juvenil no âmbito da cidade – protagonizado também por jovens em processo de exclusão social, muito mais ligado a formas expressivas, resistentes a certa racionalidade instrumental inerente ao mundo da política e das ações institucionais – que poderão oferecer elementos importantes para a organização dos atores jovens na cidade em um novo campo de conflitos, que, a seu modo, contribuirão para uma reinvenção da esfera pública e da luta social, na esteira dos movimentos observados a partir dos anos 1970 na sociedade brasileira.

DESAFIOS, PERSPECTIVAS E IMPASSES NA DÉIADE JOVENS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Tratando-se de um país com enormes desigualdades sociais e, por isso mesmo, portador de uma complexa articulação de atores e de uma inevitável diversidade da experiência juvenil, torna-se importante tratar dos processos de exclusão dos jovens e das eventuais ações de inclusão também de forma cautelosa. O Brasil ainda precisa retomar seu caminho para um desenvolvimento em momentos adversos e de crises profundas do capitalismo contemporâneo.

As políticas sociais universais ainda precisam ser aprofundadas ao lado de um grande conjunto de direitos emergentes relativos à própria condição juvenil. Para muitos, trata-se do direito de usufruir direitos que assegurem a todos os jovens o acesso aos bens culturais, à educação, ao trabalho e ao tempo livre (lazer e práticas esportivas). Assim como nos anos 1980 se examinou no Brasil o enorme contingente de crianças sem o direito à infância, há de se admitir de forma inequívoca que, atualmente, para um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores da periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do País, não é assegurado um conjunto mínimo de direitos que lhes permitam viver com dignidade, exercer possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo de vida.

Alguns caminhos foram traçados para a constituição das políticas que se voltam para os jovens, tanto empreendidas pelo poder público como aquelas que se realizam em parceria com organizações da sociedade civil.

Sob o ponto de vista da ação pública e governamental, torna-se importante considerar que desenhos institucionais novos no âmbito da máquina estatal lutam por espaços de reconhecimento, de interferência e de poder diante de estruturas pesadas, burocráticas e já enraizadas na administração pública.

Mesmo reconhecendo a diversidade de ações nos municípios, é preciso investigar em que medida elas sinalizam para a formulação de políticas, implicando a coordenação de esforços. Importa também verificar em que medida reiteram ou impõem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa brasileira, traduzidos por Rua em cinco regularidades: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta e não da demanda e, finalmente, a existência de uma clara clivagem entre a formulação/decisão e a implantação (Rua, 1998).

O mundo do trabalho e algumas ações consideradas de inclusão têm ocupado parte importante das orientações públicas e governamentais, além da criação de alguns equipamentos específicos para jovens. Parte dessas ações de inclusão tem se constituído por meio de mecanismos

de transferência de renda, concedendo bolsas aos jovens que participam dos programas. Em contrapartida, os jovens se integram em atividades variadas que cobrem um amplo espectro temático e conformam metodologias diversas de trabalho (oficinas, cursos, formulação de projetos de inserção nas comunidades locais, entre outras). Alguns desses programas têm sido realizados com recursos federais e, apesar do caráter razoavelmente fechado da proposta, em nível local sofreram substantivas alterações. Outras propostas nascem no próprio município, como é o caso de experiência implantada na Cidade de São Paulo, a partir de 2001, direcionada aos jovens sob a forma de bolsa-trabalho.

Esse campo de transferência de renda para jovens em processo de exclusão, que estimula a continuidade dos estudos e posterga seu ingresso no mercado de trabalho, tem sido objeto de debate e está longe de ser consensual entre os gestores públicos e na sociedade civil. De qualquer forma, um amplo esforço avaliativo deve ser realizado para que uma análise mais densa de seu impacto e do seu sucesso como fator de inclusão social possa ser aferida. No entanto, as diferenças de gênero e étnicas nas ações não estão delineadas e não dialogam com a situação concreta dos jovens negros e das mulheres jovens.

Assim, para além dos possíveis benefícios esperados dos programas de inclusão, é preciso reconstituir os pressupostos que os sustentam e verificar se, apesar do discurso da inclusão, não se reitera a velha fórmula da tutela e controle dos segmentos juvenis para evitar aquilo que se considera como efeito deletério de suas práticas: a revolta e a insubmissão diante de uma sociedade desigual e excludente. Trata-se de criar uma vontade política clara para dar visibilidade ao tema dos jovens como sujeitos de direitos e atores capazes de ação e de participação não tutelada na esfera pública.

Além dos desafios que a esfera federal comporta na formulação de um plano de desenvolvimento social com uma clara vocação de estabelecimento de justiça social, é preciso verificar que projetos e ações permitirão a execução mecanismos de fortalecimento de uma esfera pública democrática e pluralista. Na confluência do processo de desenvolvimento social e da experiência democrática participativa e aberta aos conflitos, situam-se os jovens como sujeitos de direitos.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil en Colombia. DAVILA, O. (ed.). *Políticas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar, CIPDA, 2003.
- _____. "Crítica política das políticas de juventude". In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs.). *Políticas públicas de juventude. Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.
- ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Anped, n. 5-6, 1997.
- AÇÃO EDUCATIVA – ASSESSORIA PESQUISA E INFORMAÇÃO. *Plano Trienal de Ação Educativa (2004-2006)*. São Paulo, 2003.
- ATTIAS-DONFUT, C. Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et sociétés*, v. 28, n. 1, 1996.
- AVRITZER, L. "Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil". In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BANGO, J. "Políticas públicas de juventude na América Latina: identificação de desafios". In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs.). *Políticas públicas de juventude. Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.
- BOURDIEU, P. "La jeunesse n'est qu'un mot". In: *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. "De quoi parle-t-on quand on parle du problème de la jeunesse?". PROUST, F. (org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vaucresson, CRIV, 1986.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília, 2003.
- CAIAFA, J. *Movimento punk na cidade. A invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CAMARANO, A. A. et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios. *Mercado de Trabalho*. [Rio de Janeiro]: Ipea, 2003 (Conjuntura e Análise, 21).
- CARLINI, E. et al. *I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil*. São Paulo: Cebrid/Unifesp/Senad, 2001.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots*. Berkeley: University of California, 1983.
- _____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CASTRO, M. G. O que dizem as pesquisas da Unesco sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. NOVAES, Regina Reyes; et al (Orgs.). *Juventude, cultura e cidadania*. Rio de Janeiro, Iser, 2002.
- _____.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.
- _____. Cultura, identidades e cidadania: experiências com adolescentes em situação de risco. In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, CNPD, 1998, 2 vol.
- CHAMBOREDON, J. C. "Adolescence et post-adolescence: la 'juvénisation'". In: ALEON,; MORVAN,; LÉBOVICI,. *Adolescence terminée, adolescence interminable*. Paris: PUF, 1985.
- CUNHA, O. M. G. Fazendo a coisa certa: rastas, reggae e pentecostais em Salvador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Anpocs, n. 23, 1993.
- DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência. Gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

- DRAIBE, S. M. *Reforma do Estado e descentralização: a experiência recente da política brasileira de ensino fundamental*. Paper apresentado no International Seminar "Restructuring Government Reform: Brazil and Latin America in a Globalization Context". [s.l.], maio de 1998.
- DUBET, F. Des jeunes et des sociologies: le cas français. *Sociologie et sociétés*, v. 28, n. 1, 1996.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Juventude, cultura e cidadania*. São Paulo, Núcleo de Opinião Pública, 2000.
- FUNDAÇÃO SEADE. *20 anos no ano 2000*. São Paulo, Seade, 1998.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *A voz dos adolescentes*. Brasília, 2002.
- GALLAND, O. *Sociologia de la jeunesse: la entre dans la vie*. Paris: Armando Colin, 1991.
- _____. L'entrée dans la vie adulte en France. *Sociologie et sociétés*, v. 28, n. 1, 1996.
- GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA ADOLESCENTES DE BAIXA ESCOLARIDADE E BAIXA RENDA. *Adolescência, Escolaridade, profissionalização e renda*. 2002.
- HENRIQUES, R. *Raça e gênero nos sistemas de ensino*. Brasília, Unesco, 2002.
- KOWARICK, L. *As lutas sociais na cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IBOPE. Instituto Paulo Montenegro; AÇÃO EDUCATIVA – ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, III: um diagnóstico para inclusão social pela educação. São Paulo, 2003.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Mapa do Analfabetismo Brasil, 2001 e 2003*. Disponível no site www.inep.gov.br, consultado em 18/8/2003.
- MADEIRA, F. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 1970: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 58. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, agosto de 1986.
- _____. *et al. Mapeando a situação do adolescente no Brasil*. São Paulo, 1997. (Texto mimeografado.)
- _____.; BERCOVICH, A. A "onda jovem" e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 8. dez. de 1992.
- MARGULIS, M. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Biblos, 1998.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MAUGER, G. *Les jeunes en France: état des recherches*. Paris: La Documentation Française, 1994.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6. p.5-14 maio/ago. 1997.
- MIRANDA-RIBEIRO, Paula; MOORE, Ann. Já nas bancas: a saúde reprodutiva, das adolescentes vista pelas revistas *Querida e Capricho*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.
- MORIN, E. *Culturas de massas no século XX: o espírito do tempo, necrose*. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- NOVAES, R. R. "Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais". In: VIANNA, H. (org.). *Galerias cariocas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Sociológica*, v. 25, n. 105-106, 1990.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6. São Paulo, p.15-24, maio/ago. 1997.
- PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial/Enap, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. Assessoria Especial para Assuntos de Juventude. *Retratos da Juventude*. 2002.
- POCHMANN, M. ; AMORIM, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (v. 1). 2a ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (v. 2). São Paulo: Cortez, 2003.
- QUADROS, W. Um retrato do desemprego juvenil. *Mercado de Trabalho*. [Rio de Janeiro]: 2003 (Conjuntura e Análise, 21).

- QUIJANO, A. "Sistemas alternativos de produção?". In: SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- RIOS-NETO, E.; GOLGHER, A. A oferta de trabalho dos jovens: tendências e perspectivas. *Mercado de Trabalho*. [Rio de Janeiro]: 2003 (Conjuntura e Análise, 21).
- RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 1990. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento,
- SANTOS, B. S. "Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva". In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.
- SOUZA E SILVA, R. Especulações sobre o papel do aborto provocado no comportamento reprodutivo das jovens brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, jul./dez. 2002.
- SPOSITO, M. P. "Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil". In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs.). *Políticas públicas de juventude. Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.
- _____. (coord.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. (Estado do Conhecimento, 7).
- _____. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6. São Paulo, p. 37-52, maio/dez. 1997.
- _____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, nov. 1994.
- _____.; CARRANO, P. C. *Juventud y políticas públicas*. Viña del Mar, CIDPA, 2003.
- VIANNA, H. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.
- _____. "Introdução". In: VIANNA, H. (org.). *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- WASELFISZ, J. *Mapa da violência III. Os jovens do Brasil*. Brasília: Unesco; Instituto Ayrton Senna; Ministério da Justiça, 2002.



Observatório
da Educação e da Juventude

PELO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Iniciativa



Ação Educativa

Patrocínio



PETROBRAS

Apoio
unicef 